

TRIBUNA

Órgão de divulgação da
OABRJ

ANO XLVI - SETEMBRO 2017 - Número 570

DO ADVOGADO



Ordem une forças e lança Pacto pela vida

Movimento vai ouvir sociedade e propor
medidas para melhorar segurança no Rio

Siga a OAB/RJ nas redes sociais

Acompanhando os canais de comunicação da Ordem, além de ampliarem as formas de contato com a Seccional, os colegas têm acesso a notícias jurídicas, a divulgações e transmissões online de eventos e a informações sobre serviços, convênios e ações da entidade.



oab_rj



oabriodejaneiro



oabrj_oficial



@oabrj



Por uma agenda mínima para a segurança pública



FELIPE SANTA CRUZ

A marca de 101 policiais mortos, que se soma aos crescentes índices de vítimas entre a população civil, sobretudo os moradores das comunidades com menos recursos, é emblemática da situação que vivemos no Rio de Janeiro: na esteira da crise econômica, a criminalidade explodiu. A sensação é de total insegurança, medo. E de apatia.

Acreditamos, contudo, que o primeiro passo para tentar mudar o atual cenário é justamente estimular a sociedade a agir. E agir de forma conjunta, saindo da falsa dicotomia que costuma partir a discussão em bandas excludentes quando se trata do tema segurança pública. Para que avancemos, é preciso superar esse embate radicalizado, que ignora as complexidades da questão. Defender que os policiais possam exercer seu trabalho não implica necessariamente apoiar repressão à revelia da lei. Da mesma forma, pugnar pelo respeito aos direitos humanos não significa “defender bandido”.

O objetivo da OAB/RJ com a campanha *Pacto pela vida* é, portanto, ir além. Ouvir cada segmento social, a fim de buscar uma agenda mínima para a área da segurança pública. Esse movimento se inicia com o ato do dia 13 de setembro e prosseguirá com encontros periódicos, dos quais tomarão parte especialistas na matéria. Queremos, igualmente, conhecer experiências bem-sucedidas em outros países, a fim de avaliar sua aplicação aqui.

A partir da interseção entre as diferentes vozes da sociedade,

e do debate democrático e respeitoso, teremos propostas efetivas a apresentar em breve.

* * *

Por intermédio de sua Procuradoria-Geral, a OAB/RJ obteve vitórias significativas no último mês. Duas liminares foram conseguidas em ações civis públicas contra a Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, da Vida e dos Direitos Cívicos (Adcon) e a Central Nacional de Revisões, instituições que vinham praticando violações disciplinares, como captação de clientela por meio de publicidade ilícita e mala direta. A Seccional continuará atenta – e combativa – quanto a casos como esse, que configuram mercantilização da advocacia.

Em outra frente, apresentamos ação civil pública à Justiça Federal, denunciando práticas abusivas no tratamento das contas judiciais por parte do Banco do Brasil (BB). O banco tem restringido a realização de DOCs e TEDs dos mandados de pagamento, limitando-os a seus correntistas. Pedimos antecipação da tutela no sentido de que o BB volte a fazer transferências a qualquer instituição financeira indicada pela parte ou por seu representante legal.

* * *

No âmbito das subseções, a boa notícia é a inauguração da sede da OAB/Rio Bonito. Além de auditório com capacidade para 90 pessoas, o novo espaço conta com escritório compartilhado e total infraestrutura para petição eletrônico.

DEPARTAMENTO DE
JORNALISMO DA OAB/RJDiretor:
Felipe Santa CruzSuperintendente de Comunicação:
Marcelo Moutinho
marcelo.moutinho@oabrj.org.br

TRIBUNA DO ADVOGADO

Fundada em 1971 por José Ribeiro de Castro Filho

Editora: Patrícia Nolasco (MTB 21.584)
patricia.nolasco@oabrj.org.brEditor assistente: Eduardo Sarmento
eduardo.sarmento@oabrj.org.brProjeto gráfico e diagramação: Victor Marques
victor.marques@oabrj.org.brImpressão: Esdeva
Tiragem: 122.000 exemplaresPortal da OAB/RJ
www.oabrj.org.brEditora: Renata Loback
renata.loback@oabrj.org.brRedes sociais
www.facebook.com/oabrj
twitter.com/OABRJ_oficialEditora: Marina Iris
marina.iris@oabrj.org.brReportagem:
Cássia Bittar
cassia.bittar@oabrj.org.br
Nádia Mendes
nadia.mendes@oabrj.org.br
Vitor Fraga
vitor.fraga@oabrj.org.brFotografia:
Bruno Marins e Lula Aparício
Design gráfico:
Flávia Marques e Raphael Carneiro

Assessoria de Imprensa

Franco Thomé
franco.thome@oabrj.org.br
Suzi Melo
suzi.melo@oabrj.org.br

Publicidade

Gestão de Negócios
Comunicação Integrada Ltda.Adriana Furtado
adriana@gestaodenegocios.com.brHelena Macedo
helena@gestaodenegocios.com.brEnio Santiago
enio@gestaodenegocios.com.br
Tels: (21) 2245-8660 / 2556-8898Departamento de Jornalismo e Publicações
Av. Marechal Câmara, 150 - 7º andar - Castelo
Rio de Janeiro - CEP: 20020-080
Tel: (21) 2730-6525 / 2272-6150
tribunadoadvogado@oabrj.org.br

#CaravanadePrerrogativas começa semana pela OAB/Mendes

Maurício Costa Junior: Um bom passo para acabar com a prepotência dos magistrados e ajudar na questão das prerrogativas seria fazer pressão para que acabem com a reserva de vagas nos concursos para juiz. Precisamos de mais juízes e com remuneração compatível com o país em que vivemos. Segundo passo, acabar com os auxílios aos magistrados que violam a CF e criam funcionários públicos ricos, ao invés de apenas bem remunerados. Tem que cortar as asinhas.

Paracambi encerra visitas da #CaravanadePrerrogativas

Andréa Zuany: Parabéns! Estamos juntos nesta luta. Processo não andar e juiz sem receber advogado têm que acabar e passar a ser coisa do passado. Isso é extremamente desgastante, e já estou nessa estrada há 27 anos (...).

Dia da Advocacia

Eugenia Jizetti: Parabéns aos nobres colegas! Todos os dias são nossos, afinal somos operadores do Direito lutando por uma sociedade igualitária, pela ética e por justiça!

Guilherme Marques: Juntos somos fortes!

Maria José Sales Ferreira: A advocacia foi minha escolha como o caminho para a defesa da cidadania e defesa dos direitos humanos. Sou uma entusiasta da defesa dos direitos consagrados na Constituição da República. Nós, advogados, temos uma grande responsabilidade na garantia desses direitos.

Claudia Carvalho: Parabéns para todos os advogados que lutam contra o Poder Legislativo num país onde as leis dificultam cada dia mais o seu trabalho!

OAB/RJ apresenta ação civil pública contra Banco do Brasil

Diego de Oliveira: Semana passada fui surpreendido com isso, tive que sair do banco com alta quantia em dinheiro pois não pude fazer TED ou DOC para minhas contas de outros bancos.

Ordem lamenta morte do processualista
José Carlos Barbosa Moreira

Renata Leocádio: Fará muita falta ao Direito Processual Civil brasileiro.

Miguel Lopes: Meus sentimentos à família do mestre. Uma grande perda, mas sua memória estará sempre eternizada em seus livros.

Claudio Pires Ferreira: Perda irreparável. O Direito brasileiro fica mais pobre.

Dalva Paschoa: O mundo jurídico sofre uma grande perda.



Página
6

Entrevista
Pierre
Moreau,
advogado

Página
8

Seccional
lança pacto
para construir
agenda e propor
medidas de
segurança
pública



Página
10

PRERROGATIVAS

OAB/RJ atua para
defender advogados
de abusos em estatais

Página
20

OPINIÃO

Vania Aieta, especialista em
Direito Eleitoral, analisa as
propostas de reforma política

Página
22

Voto está seguro nas urnas
eletrônicas brasileiras?
Há controvérsias

Página
26

OAB/RJ age contra abusos do BB. Em
outras ações, obtém liminares contra
mercantilização da advocacia

Página
30

PANORAMA

Advocacia criminal, turismo,
Justiça restaurativa e Lei Maria
da Penha, alguns dos temas
tratados nos eventos de agosto

Página
36

SUBSEÇÕES

Rio Bonito tem
nova sede e mais
subseções recebem
curso de prerrogativas

Página
39

ESA

Direito Tributário, aposentadoria e Juizado
Especial Criminal, temas dos próximos cursos

Página
41

CAARJ

Estudo mostra quadro preocupante
de saúde entre os advogados

Página
42

ESTANTE

Nos lançamentos, Direito
Público, meio ambiente
e direitos humanos

Página
44

CULTURA

Caarj Cultural traz peças teatrais
com ingressos mais baratos. Na
Dica, o novo CD de Chico Buarque

Página
14

PontoContraPonto
Os professores Gustavo
Binenbojm e José Ricardo
Cunha divergem sobre
a eventual mudança da
Faculdade de Direito da
Uerj para prédio do TJ



Página
16

A partir da obra de
Shakespeare, juristas
buscam jogar luz
sobre o papel
da advocacia na
sociedade de hoje



Página
28

Espaço Aberto
Cinco anos depois,
cumprimento da Lei de Acesso à
Informação por órgãos públicos
ainda é falho, escrevem Gregory
Michener e Rafael Velasco



Página
46

Vida Privada
A escritora
Conceição
Evaristo é o mito
de Humberto
Adami, e o Cais
do Valongo, por
sua importância,
o lugar
escolhido



'A história de um país também é feita de crimes que causam impacto na opi

Racismo, canibalismo, política e paixões são alguns temas que atravessam as histórias reunidas no livro *Grandes crimes*. Organizada pelo advogado Pierre Moreau e publicada pela editora Três Estrelas, a obra reúne 12 juristas cujos textos buscam iluminar desde casos célebres, como o atentado do Riocentro e o assassinato da atriz Daniella Perez, até episódios que, embora reveladores dos matizes mais complexos da alma humana, mantinham-se à sombra da memória coletiva. "A inspiração para o livro se deu no entendimento de que muitos crimes e delitos chegaram ao conhecimento do público com notoriedade, até mesmo por conta da cobertura pela imprensa. Mas com o vácuo de tempo entre o fato, o decorrer das investigações, o processo

criminal e o trânsito em julgado, boa parte da população não tinha conhecimento sobre o desfecho dos casos", afirma Moreau, que assina um dos textos. Orol de autores inclui Arnaldo Malheiros Filho, Celso Lafer, Eros Roberto Grau, José Paulo Cavalcanti Filho, Luiza Nagib Eluf, René Ariel Dotti, Alice Luiz, Eduardo Muylaert, José Alexandre Tavares Guerreiro, Antônio Cláudio Mariz de Oliveira e José Renato Nalini. As histórias estão dispostas em ordem cronológica e vão do início do século passado aos dias atuais. "A história de um país também é feita dos crimes cometidos pelos cidadãos que provocam forte impacto na opinião pública", resume Moreau, que é doutor em Direito pela PUC-SP e sócio fundador da Casa do Saber/SP.

MARCELO MOUTINHO

Como nasceu a ideia do livro?

Pierre Moreau – *Grandes crimes* integra uma sequência de trabalhos, dos quais participo como escritor e organizador, que visam à partilha de experiências entre profissionais e o público, sejam estudantes ou demais interessados. São temas desde o Direito, como *Grandes advogados e Letras da lei*, até investimento e finanças, como *Fora da curva*. Já a inspiração para *Grandes crimes* se deu no entendimento de que muitos deles chegaram ao conhecimento do público com notoriedade, até mesmo por conta da cobertura pela imprensa. Mas com o vácuo de tempo entre o fato, o decorrer das investigações, o processo criminal e o trânsito em julgado, boa parte da população não tinha conhecimento sobre o desfecho dos casos. Neste sentido, a obra reúne episódios com grande comoção popular e impacto na história brasileira a partir da narrativa de importantes juristas brasileiros sobre os detalhes dos casos e suas conclusões. Finais que nem sempre correspondem às previsões noticiadas e discutidas na imprensa.

O livro traz desde histórias como o do "jovem portuguêsinho" Seu Joaquim, que alveja os chefes da empresa na qual

trabalha, até crimes célebres, como os assassinatos do escritor Euclides da Cunha e da atriz Daniella Perez. Um naípe bastante variado, portanto. O senhor percebe alguma interseção entre as histórias narradas? Qual?

Moreau – O eixo comum nos casos relatados em *Grandes crimes* está na densidade humana. Todos os episódios abordam questões muito profundas para o ser humano quando se envolve o tema morte. As pessoas têm curiosidade em relação à morte e os crimes de sangue, quando se tem corpos no chão, aguçam esta curiosidade. A morte é um fato que ocorrerá para todos os seres humanos, sendo inegável como crimes de sangue e tragédias, responsáveis pela interrupção do fluxo natural da vida, chocam a todos.

Citando Dostoiévski, o senhor salienta que "o criminoso, no momento em que pratica seu crime, é sempre um doente". A frase se aplicaria também aos crimes de fundo político tratados no livro, como o famoso atentado da Rua Tonelero, em que foi baleado o jornalista Carlos Lacerda, o assassinato do deputado Rubens Paiva e a bomba no Riocentro?

Moreau – Na nova leitura proposta em *Grandes crimes*, a "doença" se encontra nos males da sociedade que se tornam

visíveis quando as atrocidades ocorrem. Mas há uma linha positiva que leva a sociedade a promover uma reflexão sobre si. É possível dizer que o atentado ao Riocentro foi um dos fatos catalisadores do processo de redemocratização do país. A morte de Rubens Paiva causou grande indignação nacional a ponto de o caso ser referência para mudanças legislativas. E o ataque a Carlos Lacerda prejudicou a credibilidade do governo Getúlio Vargas.

No romance *A hipótese humana*, o narrador criado pelo escritor Alberto Mussa diz que "uma cidade se define pela história de seus crimes". Poderíamos afirmar que o mesmo vale para a história de um país? Se sim, como os casos abordados em *Grandes crimes* ajudam a explicar a história do Brasil?

Moreau – No meu ponto de vista, a história de um país também é feita dos crimes cometidos pelos cidadãos que provocam forte impacto na opinião pública. São episódios que têm como característica elevado apelo midiático com possibilidade de influenciarem nos rumos da nação. E, em verdade, os crimes, sejam os assassinatos ou as vinganças, delitos políticos ou financeiros, estimulam a curiosidade das pessoas desde o início dos tempos. Mas, hoje, os crimes

ta dos nião pública'

estão sempre nos noticiários dos canais de televisão, nas páginas dos jornais e na internet. A repercussão noticiosa está na palma da mão das pessoas pelo uso de smartphones. Todos estes grandes destaques às seções policiais, com até mesmo edições especiais, poderão influenciar, em certa medida, a opinião pública.

O senhor comentou em entrevista que os crimes reunidos no livro, devido à comoção social que suscitaram, em muitos casos chegaram a alterar a jurisprudência brasileira. Em que medida as pressões da sociedade se refletem na mudança do entendimento dos tribunais? Isso, a rigor, não pode representar um perigo?

Moreau – Os tribunais interagem com a sociedade civil como um todo e com os órgãos de imprensa. A sociedade é permeável, sendo possível dizer que há certa influência da opinião pública na jurisprudência. Essa influência é o resultado da tensão de forças entre os anseios da sociedade, a elaboração das leis nas assembleias representativas, o trabalho dos operadores do Direito e as decisões proferidas nos tribunais. Se é fundamental dar a possibilidade de manifestação a todos os atores envolvidos num determinado tema, a socie-

dade conquista função inquestionável no aperfeiçoamento das leis de modo que a administração pública cumpra a legislação rigorosamente. E, no caso do sistema de justiça, os processos judiciais e decisões proferidas necessitam sempre se ater às normas vigentes numa atuação imparcial com respeito pleno ao direito de defesa de todos os cidadãos.

Algumas histórias expõem uma discrepância entre a versão da imprensa e a verdade dos autos para o crime em tela. É o caso do assassinato de PC Farias. Como o senhor vê esse contraste de visões?

Moreau – É neste aspecto que se delineia a contribuição de *Grandes crimes*,

ao fazer o contraponto entre as notícias e discussões midiáticas e o desfecho dos episódios. Muitas decisões nos crimes retratados não confirmaram as previsões dos veículos de comunicação à época de acontecimentos dos casos. Isto significa que mudanças podem ocorrer seja durante as investigações, no curso do processo criminal, na decisão do júri ou no trânsito em julgado. *Grandes crimes*, por este ângulo, bebe na fonte dos livros de Garcia-Roza e, em especial, na figura do delegado Espinosa, cujo trabalho leva a desfechos surpreendentes nos crimes investigados pelo personagem. Seja pela investigação ou conclusão inesperada anteriormente pela imprensa, *Grandes crimes* pretende demonstrar como os casos fazem aflorar discussões importantes na sociedade. Isto, em temas relevantes para estudantes, advogados, jornalistas e demais interessados na cobertura de crimes que podem mudar a história de um país. **T**



OAB/RJ lanç

Pacto p

Campanha pretende unir sociedade e E

A crise no estado e na segurança pública e o consequente aumento dos índices de criminalidade no Rio de Janeiro vêm alimentando uma crescente sensação de insegurança que se espalha entre os cidadãos fluminenses. Em defesa do Estado democrático de Direito e exercendo sua função de entidade representativa da sociedade civil, a OAB/RJ vai realizar, no dia 13 de setembro, às 10h, um ato público com o lema *Pacto pela vida*. Em formato de audiência pública, o evento acontecerá na sede da Ordem e é um primeiro passo na construção de propostas objetivas para melhorar o dia a dia da população. Foram convidados, além de autoridades do setor no estado, o presidente da OAB Nacional, Claudio Lamachia, presidentes das seccionais, conselheiros, dirigentes das subseções e dos tribunais, parlamentares e representantes de sindicatos da área policial.

“A situação é muito grave, precisamos romper essa falsa dicotomia entre quem defende os direitos humanos e quem defende os policiais. Queremos discutir e apresentar ideias, com base no uso de tecnologia e em estratégias eficazes de enfrentamento do problema. Vamos promover um amplo debate com toda a sociedade, trazendo inclusive exemplos bem sucedidos de outros países que passaram pela mesma situação”, afirma o presidente da OAB/RJ, Felipe Santa Cruz. Segundo ele, algumas sugestões estão sendo levantadas, como por exemplo a capacitação e a melhoria das condições de trabalho dos profissionais da segurança e o enquadramento em crime hediondo dos adultos que usam menores para cometer crimes.

A primeira ação do movimento será a criação do Fórum Nacional de Segurança Pública, no mesmo dia 13.

Na avaliação do presidente da Comissão de Segurança Pública da Seccional, Breno Melaragno, o objetivo da Ordem ao convocar o ato é dar uma resposta imediata ao alto número de agentes de segurança mortos em confrontos, assim como a também alta quantidade de vítimas fatais entre moradores de áreas de risco. “Queremos discutir a questão e, principalmente, ouvir as polícias e a sociedade. As conclusões e propostas apontadas serão enviadas posteriormente ao governo do estado e ao Congresso Nacional. A meu ver, o endurecimento da legislação penal já demonstrou

não ser eficaz para melhorar a segurança pública. Caso contrário, de 1990 para cá, após a lei de crimes hediondos, a criminalidade teria diminuído, e não foi o que aconteceu”, defende. Segundo Melaragno, isso não quer dizer que não haja mudanças possíveis na legislação, inclusive com aumento de pena. “Seria razoável, por exemplo, aumentar a pena para porte ilegal de armas, mas essa medida isolada não resolve. É preciso empregar melhor os recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública,

aplicando-os em investigação e policiamento ostensivo. E, principalmente, em inteligência e investigação, função da Polícia Civil. Nas últimas duas décadas, essa instituição melhorou muito do ponto de vista material e humano, desempenhando um bom papel, que agora é ameaçado pela crise. A Polícia Militar tem uma função preventiva fundamental, mas é a Polícia Civil, com investigação, que pode melhorar a segurança pública”, acrescenta.

Para o integrante do Grupo de Pesquisa em Comunicação, Internet e Política da PUC-Rio, e membro do núcleo de trabalho montado pela OAB/RJ sobre o tema, Vinícius Wu, a proposta do ato se insere num contexto de grande perplexidade diante da

escalada da violência. “Estamos diante de um retrocesso evidente em termos de políticas de segurança no Rio, fato que vem sendo agravado em função da crise que o estado atravessa. O ato servirá não apenas para denunciar a absurda morte de mais de 100 policiais somente neste ano, mas também pretende lançar um importante alerta



Foto: Bruno Martins

Felipe
Santa
Cruz

o movimento ela vida

o movimento por uma agenda mínima de segurança

que está relacionado à urgência da participação da sociedade na formulação e implantação de soluções consistentes na área da segurança. Não basta, portanto, cobrar dos governos e das forças policiais, o que é, obviamente, legítimo. É preciso ir além e buscar soluções baseadas no envolvimento de amplas parcelas da população”, salienta.

O pesquisador ressalta o papel da OAB/RJ no lançamento do ciclo de debates que tratará de segurança pública e democracia, e reitera a disposição de todos na concretização de propostas. “A iniciativa buscará desenvolver um intenso calendário de discussões nos próximos meses visando à apresentação, no início de 2018, de uma agenda mínima, pactuada e produzida através de amplos fóruns e espaços de reflexão reunindo especialistas, operadores do Direito e do sistema de Justiça, representações da sociedade etc”, completa Wu.

O assessor de relações institucionais da Polícia Civil, Gilbert Stivanello, diz que os policiais se sentem apoiados com a ação da Ordem. “Tal movimento por parte da OAB/RJ, no sentido de abraçar os policiais que estão em uma situação de dor e sofrimento, em razão das perdas, produz para nós um efeito muito acolhedor, e rompe com o silêncio e a indiferença com a qual o policial se sente tratado pela sociedade. Se fosse o caso da morte de 100 médicos, jornalistas, engenheiros ou qualquer categoria, estaríamos observando uma comoção social. Espantosamente, verificamos uma certa indiferença, como se a morte de um policial fosse algo natural”, lamenta. Para o delegado, o fato de a Seccional “levantar sua voz contra uma injustiça” é algo muito bem visto pelos agentes. “Recebemos como um abraço de um amigo no momento em que se perde um familiar. A OAB/RJ sempre foi nossa parceira e uma grande defensora da democracia. Defender os policiais no momento atual é defender o direito de ir e vir e todos os direitos que resguardam os cidadãos. A Ordem mostra compreender a melhor forma de proteger o Estado democrático, o que passa pela salvaguarda da integridade dos policiais.



Vinícius Wu


Atitudes como essa são necessárias para repensar nossa sociedade”, acrescenta Stivanello.

A reunião do Fórum Nacional de Segurança Pública será o primeiro passo que dará início a um ciclo de discussões com todos os segmentos da sociedade, visando à formulação de uma agenda mínima para a área. A Ordem vai mediar os debates periódicos, ouvindo testemunhos e experiências bem sucedidas na área. A ideia é, a partir desse debate, elaborar uma agenda mínima a ser apresentada ao Executivo e aos candidatos ao governo na eleição de 2018.

No manifesto divulgado em agosto, quando ocorreu a morte do 100º policial, a OAB/RJ afirmava que a crise “ganhou contornos de guerra urbana”, e que é preciso “abandonarmos a letargia e buscarmos soluções que interrompam esse ciclo infundável de violência e desesperança”. A entidade propõe “um grande pacto social, a partir do diálogo aberto e respeitoso”, e faz uma convocação: “A apatia não pode nos derrotar. Vamos construir, juntos, um pacto em defesa da vida”.

Números da violência

Além do grande número de policiais militares mortos nas ruas (somando os que estavam em serviço e os que estavam de folga), dados do Instituto de Segurança Pública apontam que a chamada letalidade violenta (homicídios dolosos, latrocínios, lesões corporais seguidas de morte e homicídios decorrentes de confronto com policiais) também aumentou: de janeiro a maio de 2017, 2.942 pessoas foram vítimas desses crimes no estado, um aumento de 414 mortes, ou 16,4%, em relação a 2016. Em relação aos homicídios decorrentes de ação policial, o aumento foi de 47,7%, chegando a 480 casos apenas nos cinco primeiros meses desse ano.

O cenário torna-se mais complexo na medida em que a violência afeta todos os setores da sociedade. Na semana de 16 a 23 de agosto, por exemplo, 116 unidades educacionais do Rio fecharam as portas durante operações policiais. Segundo a Secretaria Municipal de Educação, quase 46 mil alunos ficaram sem aulas no período. 



Fotos: Bruno Martins

Breno Melaragno



Seccional age em defesa de



Luciano Bandeira

Foto: Bruno Martins

EDUARDO SARMENTO

Em maio deste ano, a Comissão de Prerrogativas da Seccional atuou na defesa de um grupo de advogados do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) que havia sido conduzido coercitivamente durante operação da Polícia Federal. A flagrante violação de prerrogativas na ocasião acendeu um sinal de alerta na OAB/RJ. Desde então, multiplicaram-se relatos de colegas que atuam em empresas estatais em relação a abusos cometidos, desde demissões injustificadas até perseguições políticas. Para o tesoureiro da Seccional e presidente da Comissão de Prerrogativas, Luciano Bandeira, a situação é grave e inspira os maiores cuidados. "Estamos acompanhando

de perto, em um trabalho conjunto com a Comissão de Advogados Estatais [CAE], e não vamos esmorecer", afirma.

Entre as prerrogativas violadas com mais frequência em empresas públicas estão o não pagamento de honorários e o estabelecimento de controle de ponto eletrônico para advogados. No entanto, muito do que acontece é feito de maneira velada, como explica o presidente da CAE, Ademar Arrais. "As empresas estatais vêm sendo vítimas de sucateamento. O processo, se não é novidade, intensificou-se de forma clara após a posse do atual presidente [da República, Michel Temer]. Atacar os advogados é a forma mais efetiva de enfraquecer as estatais e justificar a futura privatização, uma vez que um corpo jurídico forte contribui, por exemplo, com a luta contra a corrupção. É preciso mais política e menos politicagem", enfatiza.

Dos casos atendidos pela Seccional nos últimos meses, o mais emblemático é o de João Paulo Leão, advogado concursado da Dataprev demitido após procurar a Comissão de Prerrogativas. A direção da estatal alega que ele fez acusações falaciosas, mas Leão conta que procurou ajuda após receber suspensão devido a uma falha em um procedimento interno de acompanhamento de prazos.

"O que aconteceu comigo foi absurdo. É mais do que normal procurar meu órgão de classe ao me sentir atingido. É preciso entender que, ainda que empregado, o advogado está sujeito ao Estatuto da Advocacia e ao Código de Ética e Disciplina. Continuamos tendo a independência que a legislação nos garante. Um advogado não pode fazer algumas coisas, mesmo que sob a ordem de seu empregador, assim como um médico, por exemplo", considera.

Ao tomar conhecimento da iniciativa do funcionário junto à Comissão de Prerrogativas, a empresa optou por demiti-lo, o que gerou uma ação de reintegração, na qual a OAB/RJ tomou parte. Leão voltou ao trabalho em julho, devidamente indenizado por danos morais.

Leão explicou que, dentro do ambiente político que envolve as estatais,

até mesmo colegas cometem abusos uns contra os outros. "A maior parte dos advogados empregados trabalha em empresas estatais. Como há um jogo de disputas internas, muitas vezes, para assumir um cargo gerencial o colega tem que agradar à diretoria e, para isso, emite até pareceres que sabe que estão errados. Pareceres políticos, antijurídicos", conta.

Em outra situação ocasionada por problemas administrativos internos, mais um colega foi desrespeitado, desta vez Marcio Lemos, advogado da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU). O caso envolve a responsabilização pelo não pagamento de indenização, pensão e prótese em favor de uma vítima de acidente, conforme ele esclarece. "Recebi a decisão judicial e tramei com urgência para o imediato cumprimento. Fiz vários expedientes, até ser informado de que cumpriria a decisão judicial na forma determinada. Anos depois, a área de pensão localizou a pasta de documentos sem movimento físico posterior e verifiquei no sistema que durante esse período os valores não haviam sido pagos. Após inventarem questões para justificar o não cumprimento da decisão, ratifiquei que a mesma deve ser cumprida integralmente sem questionamento, e aí começaram meus problemas", descreve. Depois de saber do caso, um dos gestores pediu a abertura de sindicância alegando que Lemos teria sido um dos responsáveis pela situação.

Segundo ele, a própria sindicância foi repleta de irregularidades. "Desrespeitaram o manual disciplinar da empresa, não



Ademar Arrais

Foto: Lula Aparício

os advogados em estatais

Foto: Lula Aparício



João Paulo Leão

me deram o contraditório e os sindicatos não foram notificados para assistência. A sindicância não apurou e não ouviu todas as chefias por onde tramitou o documento, não averiguou a última aparição da pasta com a falta de documentos do beneficiário, entre outras questões”, critica.

No mesmo sentido do posicionamento de Arrais, Lemos constata o sucateamento da estatal. “Na situação, é claro o problema de estrutura administrativa, sistemas falhos que impedem o empregado de trabalhar com precisão. São documentos com vários números de protocolo, falta de folhas, sumiço da pasta de documentos do beneficiário e outras questões”, enumera. Após sofrer rebaixamento de cargo e perda de remuneração, ele responde,

Foto: Lula Aparício



Marcio Lemos

atualmente, a processo administrativo.

Conflitos entre empregados concursados e contratados tampouco são incomuns dentro das empresas estatais. É o que acontece no Conselho Federal dos Representantes Comerciais (Confere), segundo a advogada Vanessa Oliveira. Ela reclama de situações que envolvem violações de prerrogativas, desrespeito à legislação e até assédio moral.

“Tudo é direcionado, acham que estamos ali para defender os interesses do gestor, e não do cidadão. Temos uma tremenda dificuldade de acesso a documentos, temas normais ao nosso trabalho não passam por nós, como licitações”, descreve. De acordo com Vanessa, advogados da confiança dos gestores são contratados sem concurso para cargos com nomenclaturas diversas. “É difícil até precisar quantos colegas trabalham lá, já que alguns entram como assessores da presidência e outros nomes”, detalha. Ela conta que, ao sugerir a criação de um portal da transparência, com o intuito de dar publicidade aos gastos, foi informada pelo presidente da empresa de que “tinha um espírito muito forte e deveria prestar concurso para o Ministério Público [MP]”.

Após alguns problemas no mesmo sentido e sem ter voz na empresa, Oliveira efetivamente levou ao MP algumas irregularidades que detectou. Ao tomarem conhecimento das denúncias, os gestores iniciaram uma série de represálias contra ela. “Chegaram a criar um ‘departamento’ para mim. Uma sala isolada dos demais funcionários, onde eu ficava sem ter atribuição alguma”.

Ademar Arrais considera que atitudes como essa são estratégias bem definidas para minar os departamentos jurídicos das empresas públicas. “A combinação de baixos salários com a falta de independência e poucos advogados para uma demanda excessiva é pensada com o único objetivo de enfraquecer nossa categoria”, afirma.

O procurador de prerrogativas da Seccional Ramon Teixeira acompanha todos os casos de perto e garante que a Ordem vai endurecer ainda mais seu posicionamento. Ele explica que o primeiro passo

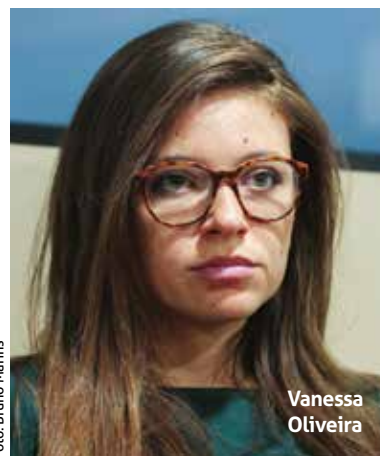


Foto: Bruno Martins

Vanessa Oliveira


em todas as situações é oficiar à empresa pedindo esclarecimentos. Em seguida, cada caso tem uma medida específica a ser tomada. Segundo Ramon, apesar de serem mais comuns as denúncias referentes ao controle de ponto eletrônico e ao não pagamento de honorários aos advogados, com frequência cada vez maior surgem casos mais graves. “Os advogados estatais têm um papel fundamental. É preciso difundir a compreensão de que o profissional está ali para apontar erros, não para agradar os gestores. O compromisso do advogado estatal é com o cidadão”, diz. 



Foto: Lula Aparício

Ramon Teixeira

Ordem promove marcha ao STF por respeito às prerrogativas



Após sessão plenária, os representantes da Ordem foram ao Congresso Nacional

Mais de 100 advogados caminhararam, na manhã do dia 22 de agosto, da sede do Conselho Federal da Ordem ao Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília. O ato abriu o último dia de atividades do IV Encontro Nacional de Prerrogativas, que aconteceu na capital federal. O presidente da OAB, Claudio Lamachia, entregou dois ofícios à ministra Cármen Lúcia – um pedindo preferência em julgamentos de interesse da advocacia, endereçado pela função de presidente do STF; e outro contendo as demandas da advocacia junto ao Judiciário, já que ela também é presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).


Representando a OAB/RJ, o presidente da Comissão de Prerrogativas e tesoureiro

da Seccional, Luciano Bandeira, reforçou a importância da luta intransigente pelos direitos no exercício da advocacia. “As prerrogativas não são nossas, mas da sociedade. O advogado é a voz constitucional do cidadão e precisa de garantias para exercer sua profissão com a segurança e o destemor necessários”, afirmou.

A caminhada foi liderada pelo presidente do Conselho Federal, que demonstrou apreensão em relação às condições de trabalho dos colegas de todo o país. “Preocupa-nos muito uma situação verificada de forma muito contumaz, que é a ausência de juízes e servidores nas comarcas. A capacidade instalada do Poder Judiciário já não dá mais conta da

demanda. Com isso perde o advogado, mas principalmente perde o cidadão”, lamentou Lamachia, em conversa com Carmen Lúcia.

Seguiram-se à marcha uma sessão plenária e uma visita ao Congresso Nacional, onde advogados reuniram-se com senadores e deputados que relatam projetos de lei de interesse da advocacia. Na ocasião, foi apresentado aos parlamentares, ainda, um manifesto pedindo urgência na votação da pauta legislativa de interesse da classe.


Integraram a comitiva da OAB/RJ, com Luciano Bandeira, o vice-presidente da Comissão de Prerrogativas, Diogo Tebet, e o procurador Ramon Teixeira. 

CCJ do Senado aprova projeto que torna crime a violação dos direitos da advocacia

Em votação unânime no dia 9 de agosto, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) do Senado Federal aprovou projeto de lei (PLS 141/2015), que criminaliza a violação das prerrogativas profissionais dos advogados. A matéria seguiu para apreciação da Câmara dos Deputados.

“É um grande passo, um avanço para construir uma advocacia forte, ativa e independente. Trata-se do reconhecimento da importância da advocacia, o exercício profissional não pode ser nunca desrespeitado. A medida apenas observa a lei, e a criminalização da violação das prerrogativas demonstra a preocupação da sociedade com o direito de

defesa e a liberdade, que são valores que a advocacia protege”, afirma o presidente da Comissão de Prerrogativas e tesoureiro da OAB/RJ, Luciano Bandeira.

O texto altera a Lei 8.906/94 (Estatuto da Advocacia) “para tornar crimes a violação de direitos ou prerrogativas do advogado e o exercício ilegal da advocacia”, além de estabelecer “novas infrações disciplinares para conselheiros da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e juízes do Tribunal de Ética da OAB que mantenham conduta incompatível com o cargo”. 

O seu escritório está protegido contra reclamações?

Conheça e contrate o Seguro de RC Profissional para Advogados.



KAMPAR
SOLUÇÕES EM SEGUROS

O Seguro de Responsabilidade Civil Profissional protege advogados contra reclamações apresentadas por perdas financeiras resultantes dos serviços prestados aos clientes.

Nossa vasta experiência no mercado de Responsabilidade Civil Profissional para Advogados nos permite oferecer um produto customizado, com amplas coberturas que proporcionam a tranquilidade necessária para a execução de serviços.

O que cobre a apólice?

- Responsabilidade por ato, erro ou omissão profissional;
- Responsabilidade solidária por atos danosos de subcontratados;
- Custos de defesa (esferas administrativa, judiciais e criminais, incluindo custas judiciais e periciais);
- Danos morais, materiais e corporais;
- Difamação, calúnia e injúria;
- Perda, roubo ou furto de documentos de Terceiros em posse do Segurado;
- Âmbito de cobertura: Mundial.

Saiba Mais:

e-mail: rcp@kamparseguros.com.br | Tel: (21) 2141-0770
www.kamparseguros.com.br

a partir de 10x **R\$ 300,00***

*Para cobertura de R\$ 500 mil e faturamento anual de até R\$ 4 milhões.

Uerj: Faculdade de Dire

Sobretudo na crise, precisamos nos manter unidos



JOSÉ RICARDO
CUNHA*

Em meio à pior crise de sua história, a Uerj foi surpreendida por uma proposta de mudança de sede da Faculdade de Direito para o antigo Palácio da Justiça, pertencente ao Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro. A proposta foi feita por alguns professores da própria faculdade e, pelo que se sabe dela, seria disponibilizada parte das instalações do prédio histórico do Palácio da Justiça. Até o momento não foram apresentados estudos detalhados de viabilidade física.

A proposta pode ser avaliada dentro ou fora do contexto de crise da Universidade. Se formos pensá-la dentro do contexto de crise, não há absolutamente nada que efetivamente assegure que a mudança traria algum benefício real para a instituição, a ponto de ajudá-la na superação da crise. Ao contrário, sugeriria grave falta de coesão – o Direito estaria buscando solucionar os seus problemas à revelia dos acontecimentos da Uerj. Imaginemos uma situação na qual os *campi* da Universidade tivessem aulas suspensas por falta de recursos para limpeza ou segurança. A Faculdade de Direito instalada dentro do Tribunal de Justiça não seria atingida por esse problema e poderia dar sequência normal às suas aulas, como se nada estivesse acontecendo com a Uerj. O que justificaria esse tratamento preferencial ao aluno do Direito em detrimento de todos os demais? Se o TJ pode dividir os seus recursos com a universidade, por que não oferecê-los ao Hospital Universitário Pedro Ernesto ou a outros setores da instituição? Sobretudo na crise, precisamos nos manter unidos. Uma separação física inevitavelmente traria impactos administrativos e pedagógicos que gerariam um favorecimento injustificado a apenas uma unidade e a antipatia dos demais membros da comunidade universitária. Se o Direito é Uerj, na crise, mais do que nunca, deve permanecer na Uerj!

Para refletir adequadamente sobre

uma eventual mudança fora do contexto da crise, seria necessário levar em conta muitos aspectos, o que não seria possível no espaço dessa coluna. Então, falarei apenas de um: a independência acadêmica da faculdade. A grande verdade é que nem aqueles que sustentam a proposta e nem mesmo a presidência atual do TJ podem garantir essa independência. Isso por uma razão muito simples: os órgãos diretivos do tribunal obedecem à regra da rotatividade e, em geral, há disputa de ideias e entre candidatos para aceder a tais órgãos. Por razões que sequer podemos imaginar nesse momento, a instalação da faculdade dentro do tribunal baseada em um favor do Poder Judiciário pode ser revista a qualquer momento, inclusive a despeito de instrumentos jurídicos por meio dos quais se formalize essa mudança. E, no caso de desacordo, quem julgaria a pendência seria o próprio Judiciário. A verdade é que seríamos hóspedes em nossa própria casa, sempre sujeitos ao humor daqueles que nos hospedaram. Além disso, num prédio coabitado vigeriam as regras centralizadas e hierarquizadas do TJ ou as regras plurais típicas de um ambiente acadêmico? A independência da faculdade já estaria comprometida caso fôssemos obrigados a reservar vagas na pós-graduação *stricto sensu* para magistrados e desembargadores que hoje concorrem em igualdade de condições com os demais candidatos em vagas de acesso universal. Por fim, lembrando Santo Tomás de Aquino, um ato livre, conforme à razão, é aquele que gera mais liberdade para quem o pratica, que o faz *dominus sui*, senhor de si.

**Professor da Faculdade de Direito da Uerj, doutor em Filosofia do Direito*



O Direito deve ir para o TJ?

A realidade nos acena com uma solução possível



GUSTAVO BINBENBOJM*

Devo à Uerj a minha vida profissional. Ali entrei aos 17 anos e dali, como estudante ou professor, nunca mais saí. Tenho orgulho de fazer parte daquela comunidade acadêmica, dos brilhantes colegas de congregação e dos nossos talentosos alunos, cujo desempenho e engajamento renovam as nossas esperanças. Nada obstante tudo isso, os fatos nos desafiam a enfrentar um cenário de desoladora decadência. Por amor e gratidão à casa em que me formei, e a seus professores e alunos, é preciso tomar os fatos como eles são e buscar as soluções possíveis.

O fato é que a Uerj se encontra em franco declínio, estrutural e acadêmico. Às razões decorrentes da crise ética, política e econômica do Estado somam-se algumas outras, ligadas à gestão administrativa ineficiente e à falta de incentivos à inovação e ao mérito acadêmico. As consequências são visíveis e palpáveis, não podendo ser ignoradas por qualquer pessoa de boa-fé. A estrutura física do campus do Maracanã é vexaminosa, inóspita, e expõe alunos, professores e servidores a riscos de toda ordem. As nossas salas de aula são antiquadas e nada confortáveis. O entorno não oferece condições mínimas de segurança, sobretudo no turno da noite. O ideal seria uma reforma radical, com recursos fartos, que pudesse dignificar o espaço de atuação da universidade. O problema das soluções ideais é que elas nem sempre combinam com a realidade. E não há qualquer vantagem em ignorar a realidade.

Mas a realidade nos acena agora com uma solução possível, ao menos para a Faculdade de Direito. A visão de estadista do presidente do TJ/RJ, aliada à ação idealista de professores ilustres, como os ministros Luiz Fux e Luís Roberto Barroso, Paulo Cezar Pinheiro Carneiro e Gustavo

Tepedino, oferece-nos as excepcionais instalações do antigo prédio do Tribunal de Alçada Criminal, dotado de moderna infraestrutura tecnológica, salas de aula praticamente prontas para uso e situado em local de fácil acesso do Centro do Rio de Janeiro. No bojo de um sólido convênio de cooperação institucional, o tribunal cederá o prédio e custeará as despesas à contrapartida de cursos de pós-graduação a serem oferecidos para magistrados e servidores do Poder Judiciário. A maior proximidade dos órgãos que exercem funções essenciais à Justiça permitirá à faculdade aprimorar o funcionamento de seu escritório modelo e proporcionar aos alunos estágios com órgãos conveniados de reconhecida reputação. Com maior autonomia administrativa e condições de funcionamento adequadas garantidas, a faculdade poderá alocar os recursos de que dispuser em cursos, palestras, pesquisas, intercâmbios internacionais e tudo mais que nos reconduza ao caminho da excelência acadêmica.

Não é necessário lembrar que a mudança do casarão do Catete para o campus do Maracanã foi um ato de força do governo estadual colaboracionista do regime militar. Não é necessário lembrar que os cursos de Direito funcionam em prédios próprios nas maiores universidades públicas do país, como USP, UFRJ, UFF, Unirio, UFMG e UFPR, dentre várias outras. Não é necessário lembrar que qualquer projeto de inclusão só produz bons resultados com o acesso dos estudantes a ensino de qualidade. Basta olhar para os fatos como eles são, avaliar com lucidez a oportunidade que se nos apresenta e assumir um compromisso responsável com a mudança.

**Professor titular da Faculdade de Direito da Uerj*



Shakespeare visto por juristas

Apartir da obra do Bardo, que tratou das questões da humanidade e das relações do homem com o poder, textos buscam jogar luz sobre o papel da advocacia na sociedade contemporânea

VITOR FRAGA

É fato conhecido que diversas passagens das obras de William Shakespeare tocam em situações e questões afeitas ao mundo jurídico. No entanto, suas histórias possuem um valor universal, extrapolando as fronteiras do Direito – e do próprio tempo – e servindo como uma chave de leitura para a natureza humana. Foi essa característica do universo shakespeariano que possibilitou a elaboração do livro *Ele, Shakespeare, visto por nós, advogados* (Edições de Janeiro, 2017), lançado em agosto. Na obra, 16 juristas abordam questões presentes nas criações do poeta e dramaturgo inglês, enfocando trechos de peças, de forma livre, através de artigos (e até mesmo de uma carta hipoteticamente dirigida ao próprio Shakespeare) que relacionam fatos e personagens criados há vários séculos com a realidade atual do Brasil.

A ideia é ajudar a preencher o que seria uma lacuna no debate público nacional. “A advocacia sempre tem que estar na vanguarda, tem um papel preeminente ao longo da história. Vivemos hoje uma discussão ética muito importante no país, sobre qual o papel do cidadão, o que esperamos dos políticos. A obra do Shakespeare trata das grandes questões

da humanidade, mas fala muito dessa relação do homem com o poder. Um dos propósitos dele ao escrever as peças era exatamente fazer com que as pessoas fossem ao teatro para discutir esses temas, refletir sobre eles. Temos muita carência disso hoje no Brasil”, afirma um dos organizadores do livro, o advogado e professor de Direito Civil da PUC-Rio e da FGV Direito Rio José Roberto de Castro Neves. Ele também é autor de um dos textos, *O canalha em Shakespeare*, além de assinar a introdução.

A ideia, segundo Castro Neves, foi reunir um grupo de juristas “de muita sensibilidade e inteligência”, em busca do resultado mais rico possível. “Você sai do livro melhor do que entrou, certamente é levado a algum tipo de reflexão. Os textos são leves, e isso contraria um erro, o preconceito de que Shakespeare é sofisticado. Na verdade, ele era um autor popular, embora tenha escrito há séculos, o que obviamente faz com que a linguagem seja um pouco diferente”, argumenta. Castro Neves exalta a generosidade dos autores que, apesar do pouco tempo, pararam “para refletir sobre esse grande leitor da humanidade” que é Shakespeare. “Há uma ausência de tradição de advogados falarem sobre algo fora do campo do Direito. Essa iniciativa faz parte da tentativa

de que a advocacia assuma sua posição de liderança nesse momento de vácuo ético”, defende.

A edição cuidadosa, em capa dura, conta com ilustrações que remetem a elementos da época de Shakespeare (1564-1616). Os artigos são inéditos e buscam de forma geral provocar questionamentos em torno da seguinte questão: é adequada a formação jurídica de advogados, magistrados e outros operadores do Direito quando esta é limitada à leitura da doutrina?

Na opinião do editor e também organizador da obra, José Luiz Alquéres, os advogados que participaram da pro-



José Roberto de Castro Neves

Foto: Bruno Martins

posta “são também grandes humanistas”, e defendem de forma geral que para ser um bom operador do Direito é preciso conhecer profundamente a natureza humana. “E isso não é algo que se aprenda em textos jurídicos *stricto sensu*. É necessária uma formação humanística complementar e sofisticada, no sentido de que seja capaz de fazer compreender a complexidade das personalidades envolvidas nos diversos casos”, analisa ele, que cita o crítico literário Harold Bloom para definir a dimensão de Shakespeare: “Bloom afirma que Shakespeare é mais completo que a Bíblia”.

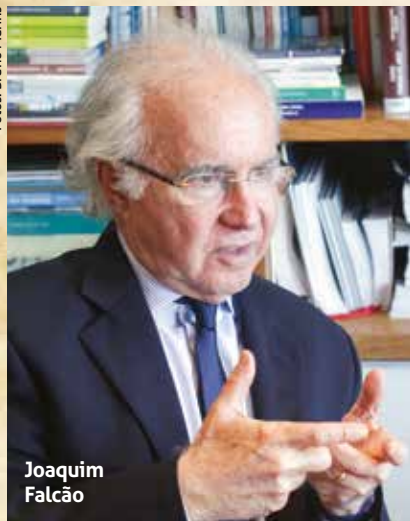
Castro Neves acredita que a obra se perpetuou “porque o dramaturgo não se rendia” a estereótipos. “Seus vilões não são bons nem maus, são de carne e osso, por isso nos identificamos ao ler. Ele não tem heróis. Em *Ricardo II*, por exemplo, o grande tema é um rei ungido que não é competente. Competente é seu primo, Bolingbroke. E aí surge a dúvida: é melhor ter um rei legítimo ou um competente? Discussão muito própria para os nossos tempos. São pérolas de inteligência e sensibilidade, ele testava muito o poder com suas críticas, exercitava no público o espírito crítico que tanto falta hoje”, observa.

Dramas antigos e atuais

Para ilustrar a atualidade dos personagens, o editor cita um exemplo surpreendente e extremamente significativo. “Nos Estados Unidos existe uma escola conhecida como *Portia Law School*, um reconhecimento dos artifícios válidos que a personagem utilizou em defesa de uma causa nobre”, explica Alquéres, referindo-se à faculdade de Direito criada em Boston em homenagem à personagem Pórcia de *O mercador de Veneza* – uma mulher que se disfarça de homem para atuar como advogada de seu marido (*ver box*).

Mas o que fez 16 grandes advogados de várias partes do país, que atuam com destaque em suas áreas, escreverem sobre Shakespeare em 2017? Alquéres reforça a tese da universalidade do Bardô – termo originalmente usado como sinônimo de poetas e trovadores de poe-





Joaquim Falcão

mas épicos e que hoje é o epíteto de Shakespeare. “Quatrocentos anos antes de Freud, ele trata das motivações, de sentimento de culpa, repressões, desejos de poder e amor, enfim, grandes e permanentes questões da humanidade”, diz, ressaltando que os textos do livro fazem paralelos também com a realidade do Brasil, o que o torna extremamente atual. A parceria entre o editor e Castro Neves no universo shakespeariano é fecunda, e já gerou outros livros: *O mundo é um palco* e *Medida por medida*, este publicado em 2003 e cuja 5ª edição foi impressa com o selo da Edições de Janeiro em 2016.

A ponte entre o que foi escrito mais de quatro séculos atrás e o presente é também o caminho que percorre o professor e diretor da FGV Direito Rio, Joaquim Falcão, que assina o texto *O que está feito, não pode ser desfeito: Macbeth, Moro e Teori*. “A minha linha é a seguinte: você encontra os personagens shakespearianos em cada esquina, nos dramas pessoais, de família, da política, do Direito. É como eles se voassem nos



Andréa Pachá

séculos, e nós os reencontramos. O que fiz foi colocar isso no Direito”, explica ele, que já participou de outras obras sobre o mesmo tema. Dessa vez, Falcão retorna à ideia de que os personagens são atemporais, e “aterriçamos” no Brasil atual. “Shakespeare explica os problemas da política e do Direito que estamos vivendo hoje a partir de padrões atemporais e universais. Lady Macbeth e seu marido assassinam o rei, que era hóspede em sua casa. Depois, [quando Macbeth é coroado o novo rei da Escócia em função da morte do anterior, que matara] são tomados pelo remorso e pelo medo, e quando o rei Macbeth chega ao limite, Lady Macbeth diz: ‘O que está feito não pode ser desfeito’. E no Direito?”, questiona Falcão, citando o processo da Lava-Jato. “O que entrou nos autos pode ser retirado dos autos? O Sergio Moro inclui no processo o áudio de Dilma com Lula, assegurando sua posse como ministro da Casa Civil. Em seguida, Teori Zavascki diz para retirar dos autos, porque foi obtido de uma forma ilícita. Quer dizer, o que foi feito e está nos autos pode ser retirado? Esse é meu problema, é o que analiso”, esclarece.

Ele argumenta que as gravações foram ouvidas por milhões de pessoas, e confirmadas pela ex-presidente. “Pela ordem do ministro Teori, no processo, o que tinha sido feito foi desfeito. Embora não o tenha sido na realidade fora dos autos, portanto fora do Direito. O psicanalista Jorge Veschi diz que não se apaga a memória, apenas a redirecionamos. A pessoa vivenciou os fatos, aquilo lhe traz emoções. O juiz tem que ter a disciplina de se afastar de suas emoções. Mas a opinião pública não tem, os políticos não têm, os advogados e partes idem. E a psicanálise e a neurociência mostram que por mais que se tente, não é possível fazê-lo totalmente. Por mais disciplinado que fosse o Moro, e ele foi, o que ouviu está dentro dele. O que ele irá fazer com isso não sei, e acho que nem ele próprio sabe”, completa Falcão de forma bem-humorada, lembrando que as gravações não foram usadas naquele processo, mas influenciaram outros, inclusive o impeachment de Dilma Rousseff.

Mas a ideia de estudar essas comparações entre passado e presente atrairia estudantes de Direito, por exemplo? Falcão cita a matéria *Direito e Shakespeare*, ministrada na FGV desde 2013 por Castro Neves. “É uma disciplina que está presente regularmente na grade curricular, cada vez assumindo um tema central. Não é só Direito Civil ou Constitucional que interessa aos jovens, é preciso ter um estofo intelectual, isso é

bom para o advogado. Apesar de ser eletiva, está sempre cheia. Então, há esperança”, comemora Falcão.

Com experiência na área cultural, a juíza titular da 4ª Vara de Órfãos e Sucessões do Rio de Janeiro, Andréa Pachá, é autora do texto *Uma carta para William*, em que ensaia uma comunicação direta com o poeta inglês. Ela atribui grande peso à formação humana que adquiriu. “Quando o José Roberto me convidou para participar do projeto, creio que foi mais em razão da relação afetiva que tenho com Shakespeare e o teatro do que de um profundo conhecimento acadêmico ou literário. Antes de ser juíza, fui roteirista de cinema e produtora de teatro. Trabalhei alguns anos com um grupo orientado pelo dramaturgo, escritor e roteirista Alcione Araújo, no qual fiz toda a leitura dos clássicos. Minha formação humana aconteceu muito mais fora do ambiente da Justiça. Esse grupo de estudo foi muito rico para isso”, lembra.

Pachá diz que “as referências transformadoras” que têm guardadas são sempre relacionadas a alguma leitura. “Alcione Araújo dizia que a cultura educa a sensibilidade, estou cada vez mais convencida disso”, salienta, revelando que se sente feliz em poder apresentar esse universo para os futuros advogados. “Se esse livro puder chacoalhar a garotada que chega à faculdade e aguçar sua curiosidade para ler os textos, tenho certeza que serão profissionais e seres humanos muito melhores. A humanidade avançou bastante na perspectiva tecnológica, no acesso aos bens de consumo. Vivemos em um mundo melhor hoje do que na Idade Média, embora a desigualdade seja gritante. Mas a nossa transformação humana, ideológica e sentimental passa por ciclos. Ou seja, avançamos em alguns momentos e retrocedemos em outros. Movimentos históricos são contraditórios, há retrocessos, mas hoje falamos de direitos que antigamente sequer chegavam às portas da Justiça. Esses movimentos mais recentes, especialmente após junho de 2013, trouxeram uma pauta de amorosidade, individualidade e subjetivação. Essas se tornaram pautas políticas, porque dizem respeito à nossa convivência em um determinado espaço”, analisa.

Pachá finaliza seu texto afirmando que “o oposto da injustiça não é a justiça, mas o amor”. E explica: “Toda justiça que não é feita por amor não é justiça, é vingança. Em tempos de discurso de ódio nas redes sociais, de ‘justiçamento’ em tempo real, é muito importante afirmar o afeto e des-

construir a idealização da humanidade. E isso é sensacional em Shakespeare: não há super-homens, há seres humanos com todas as suas contradições. Se conseguirmos enxergar o tamanho da nossa humanidade sem essa idealização, estaremos em um bom lugar para conviver”, aspira.

Autor de *Shakespeare e a concorrência desleal*, o conselheiro seccional Gabriel Leonardos conta que, ao receber o convite para participar do livro, aceitou imediatamente. “Lembrei-me da famosa frase da saudosa Bárbara Heliodora, ‘tudo está na Bíblia ou em Shakespeare’, e pensei que certamente encontraria conexões do Bardo com a concorrência desleal, uma vez que esta remonta à antiguidade. Até então, meus vínculos com Shakespeare eram os de um simples leitor, e não de um estudioso. Foi mais difícil do que eu imaginava, e tive que reler diversas obras para encontrar as conexões com a concorrência desleal mencionadas no meu texto”, explica.

Ele ressalta que o universo do Direito deve ser interdisciplinar. “Pontes de Miranda dizia que ‘quem só Direito sabe nem Direito sabe’. Estudar literatura, sociologia, psicologia, economia e outras áreas do conhecimento abre múltiplas oportunidades para o operador do Direito. Cada autor trouxe um pouco de sua experiência e sua visão de mundo para o livro. Todos

Fundada em 1908 com o nome de *Portia Law School* (hoje *New England Law-Boston*), a faculdade de Direito criada em homenagem à personagem de *O mercador de Veneza* oferecia, em sua origem, vagas apenas para mulheres, numa época em que boa parte das demais instituições daquele país sequer as aceitava como alunas. A maioria das estudantes era de filhas de trabalhadores e imigrantes. Durante décadas, entre as mulheres aprovadas no exame da *Massachusetts Bar* o maior percentual era de graduadas pela *Portia*.

Desde 2014, a faculdade lançou programas de especialização em dois campos: legislação de propriedade intelectual e imigração. Mantém um viés crítico, opondo-se por exemplo às políticas de imigração conservadoras propostas por Donald Trump. Em *O mercador de Veneza*, texto do final do Século 16, Pórcia é a titular de uma grande herança, que desperta paixão e interesse de muitos pretendentes. Bassânio acaba sendo o escolhido, porém após o casamento tem que enfrentar o tribunal no qual o comerciante Shylock reclama o pagamento de uma dívida em forma de um naco de sua carne, equivalente ao peso do valor emprestado. Pórcia então se disfarça de homem e se apresenta como advogado de Bassânio, usando sua inteligência, retórica e boa argumentação para salvar o marido.

são juristas com larga experiência, e certamente os leitores mais jovens encontrarão conselhos relevantes, enquanto que os mais velhos se identificarão com diversos pontos de vista expressos na obra. Todos irão aprender ou se divertir, ou ambos”, resume Leonardos.

Óculos para “ler” a humanidade

A inegável força de Shakespeare séculos após sua morte pode ser consequência de ele ter capturado “a essência não histórica das pessoas”, ou seja, aquela que não

depende das circunstâncias, como acredita Joaquim Falcão. “Shakespeare é uma espécie de óculos sobre o humano que pode ser usado para entender diversas situações. Não sou um especialista no autor, mas gosto da analogia no tempo, de observar como nos séculos ao longo da história se repetem esses fenômenos do humano, das armadilhas e alegrias que todos vivenciamos. É um grande instrumento de analogias históricas, que aplico no meu dia a dia e no Direito”, conclui.

Essa relação entre literatura e Direito, observa José Luiz Alquéres, é um processo de colaboração mútua. “É talvez, de todas as relações entre profissões, aquela em que ambas mutuamente mais se amparem. O Direito em si é em parte abstrato, mas também flui através dos processos. O que são estes senão o registro dos fatos, com componentes de literatura em sua



Foto: Bruno Martins

representação? É muito frequente um processo ser recheado de cartas, testamentos, depoimentos, gravações. Há uma recente preocupação com a possível alteração de gravações [que componham autos processuais], expondo que a linguagem pode produzir um certo enfeitiçamento, que afasta o que se está dizendo a verdade objetiva. Ou seja, conhecer bem a literatura e seus recursos é uma qualidade para advogados e juízes”, aponta o editor.

A ideia de ordem em Shakespeare estaria muito presente, o que torna sua relação com o Direito inevitável. “As tragédias acontecem porque a ordem se perde. E o papel do Direito, no fundo, é restaurar essa ordem, trazer de volta o equilíbrio quebrado. A tragédia existe por conta da humanidade. Se esses personagens não fossem o que são, não haveria tragédia. Assim como nossa vida, são nossas dificuldades que nos levam adiante. E, claro, há as virtudes que temperam os defeitos e vice-versa”, argumenta Castro Neves, que descreve o Direito como, antes de mais nada, uma atividade essencialmente humana. “O Direito é uma ferramenta de solução de conflitos e apaziguamento social. Em um mundo onde só houvesse amor não precisaríamos de advogados. Mas não é assim, o homem discute, diverge, e isso faz a vida mais rica. O conflito está em nossa natureza, temos que conviver com isso, e o Direito é a ferramenta que irá permitir essa convivência. Conhecer a natureza humana e as verdadeiras causas escondidas nas disputas é tão importante quanto conhecer o código”, conclui. **T**

A indispensável e perma



VANIA AIETA*

A reforma política, hoje em votação no Congresso Nacional, tem sido objeto de constantes iniciativas parlamentares, fomentando a interação com a sociedade civil, constituindo-se hoje o maior desafio em prol do aperfeiçoamento da democracia brasileira.

Reforma significa uma mudança verdadeira sobre determinada questão com o objetivo de conseguir uma inovação, sendo a reforma política o conjunto de projetos de lei (PL) e propostas de emendas constitucionais (PECs) ligadas à temática eleitoral, com fins de tentar promover melhorias no sistema eleitoral e partidário, assim como nas leis eleitorais de regência.

Independentemente dos resultados obtidos, em qualquer reforma política alguns temas devem capitanear a pauta, como a reeleição, o balizamento da fidelidade partidária, a natureza do voto (obrigatório/facultativo), o calendário eleitoral, a composição/proporcionalidade da Câmara dos Deputados, a lei eleitoral, o financiamento das campanhas, a questão das coligações proporcionais, as pesquisas eleitorais, o regime de governo e o papel do Senado Federal.

O sistema brasileiro de tomada de decisões políticas ainda apresenta alguns defeitos marcantes oriundos de uma longa e profunda tradição autoritária, centralizadora e elitista. Entre as tantas mazelas que assolam o sistema,

pode-se apontar: a centralização unipessoal do poder, o sistema eleitoral defeituoso, a má organização partidária e a desproporção na representatividade política dos estados federados no Poder Legislativo.

O poder unipessoal centralizado deu origem à máxima política do "poder da caneta", geratriz de muitas deformações e injustiças na *res publica* brasileira, tanto em nível federal como estadual e municipal. Há de se salientar, também, que a concentração de poder político propicia uma ambiência conjuntural favorável para o clientelismo, a corrupção e o desvio de recursos públicos a partir da rapina do Fundo Partidário, resultante da proliferação desmesurada de agremiações partidárias. A conquista do poder passa a ser um negócio, de natureza privada, desprezando-se o elemento finalístico do Estado, fazendo surgir ambições políticas e financeiras de má-fé.

Por sua vez, uma segunda exigência ocorre com a necessidade de se reformar o sistema eleitoral, pois tal como se apresenta vem a favorecer o enfraquecimento dos partidos ao provocar a luta interna entre todos os seus candidatos, bem como dificulta a vinculação do representante eleito com o seu eleitor. No tocante ao sistema partidário, é evidente que a sociedade brasileira não está satisfeita com a multiplicação ilimitada dos partidos políticos, em sua maioria legendas de aluguel, sem atuação permanente e espelhando decisões oportunistas de seus dirigentes.

Reformar significa possibilitar as condições para uma transição verdadeira. A reforma se faz necessária

quando as estruturas não conseguem se concatenar com as exigências da realidade política. Contudo, em uma reforma política, deve-se buscar sempre a ampliação da democracia representativa para que as legítimas demandas da sociedade possam se sedimentar, o que não se conseguirá alcançar através do chamado "distritão".

No modelo do "distritão", sistema majoritário aplicado sobre a base de estados ou municípios como distritos únicos, não haverá um cálculo proporcional dos votos para o preenchimento das cadeiras. O candidato mais votado vencerá, desprezando-se os votos dados aos segmentos não representados pela opção eleita, alijando as minorias da representação e fomentando os oligopólios políticos. Não se julga adequado fechar ainda mais o sistema político



nente reforma política

brasileiro. As propostas contidas na PEC 77-A estão, dessa forma, em descompasso com os valores constitucionais e com a atual situação da política brasileira.

Em se tratando de sistema eleitoral, a manutenção do sistema proporcional é medida salutar para a democracia, com ajustes: a extinção das coligações proporcionais, a fim de se resgatar a coerência programática dos partidos; a limitação do número de candidatos por partido ao número de cadeiras em disputa, com o objetivo de racionalizar a formação das listas e de se conter o custo das eleições, mantendo-

-se a cota de gênero vigente.

Muitos foram os desacertos com a aprovação de temas polêmicos como permanentes, quando deveriam ser transitórios, como a adoção do modelo de fundo eleitoral de caráter público. Mais uma vez observa-se que o financiamento privado foi vilanizado como se fosse ele responsável pela corrupção no país. E o cidadão, onerado com o custeio de quantias elevadíssimas que não se justificam no quadro atual de escassez de recursos da sociedade brasileira. Responsável pela corrupção é o corrupto e não o modelo de financiamento. Não há como referendar um modelo que possui critérios de acesso e de distribuição tão desproporcionais entre os partidos, privilegiando forças políticas já consolidadas no sistema, sem permitir a sua oxigenação. Além disso, o sistema se converterá em praticamente público, uma vez que não há fomento de doações de pessoas físicas para as campanhas, que tendem a desaparecer, fazendo dos recursos do Fundo Especial para o Financiamento da Democracia (FFD) os únicos disponíveis. Ao nosso sentir, no que tange ao financiamento, o modelo mais adequado é o misto, já vigente, com o retorno imediato das doações privadas de pessoas jurídicas via emenda constitucional ou até mesmo lei ordinária, com total transparência e controle e com um teto nominal.

Os próximos passos da reforma a serem votados, segundo a ordem estipulada, são o sistema distrital misto para 2022 em diante e "distritão" em 2018 e em 2020; o fundo partidário público para campanhas eleitorais; os limites orçamentários do fundo e exclusão dele do teto de gastos da Emenda Constitucional 95/2016 (novo regime fiscal); a regra que permite a reeleição para um único período subsequente de cargos executivos (presidente da República, governadores e prefeitos) para aqueles que tenham assumido o cargo por mais de seis meses, exceto substituições eventuais; mudanças nas datas de posse, encurtamento do período de campanha em segundo turno e aplicação aos deputados estaduais das regras de sistema eleitoral, remuneração e perda de mandato dos deputados federais; votação indireta para presidente da República apenas no último ano de vacância do cargo, com regra aplicada também a governadores e prefeitos; regulamentação do distrital misto em 2019 e vigência da emenda constitucional.

Aguardemos as cenas dos próximos capítulos.

**Presidente da Comissão de Direito Constitucional da OAB/RJ, professora da Faculdade de Direito da Uerj*

Urnas eletrônicas brasileiras são confiáveis?

Teste realizado nos Estados Unidos, em que urnas eleitorais foram invadidas em poucas horas, e implantação de comprovante impresso no Brasil, prevista para 2018, aquecem debate sobre a segurança do sistema eleitoral no país

NÁDIA MENDES

Nos últimos 21 anos, os brasileiros puderam conhecer seus novos governantes pouquíssimo tempo depois do encerramento das eleições. Responsáveis por essa agilidade na apuração dos votos, as urnas eletrônicas foram utilizadas pela primeira vez nas eleições municipais de 1996, quando um terço dos eleitores deixou a cédula de papel no passado. Já em 2000, todas as zonas eleitorais do país contaram com o voto eletrônico. No primeiro turno das eleições gerais de 2014, às 19h56m28s já tinham sido apurados 91% dos votos válidos, o que tornou possível conhecer o resultado matemático do pleito em tempo recorde.

Em 2018 haverá outro marco, já que uma pequena porcentagem das urnas contará também com um comprovante impresso, reforço na segurança do instrumento que é a principal ferramenta de participação democrática no país, possibilitando uma auditoria do resultado eletrônico com uma possibilidade de recontagem dos votos impressos. Mas será que esse procedimento é realmente necessário? As urnas eletrônicas brasileiras já não são seguras o suficiente? Especialistas em segurança da computação e o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) divergem em relação a isso.

Ainda neste contexto, uma polêmica reacendeu a discussão sobre a segurança das urnas eletrônicas, em julho. Realizada anualmente, a Defcon, maior conferência *hacker* do mundo, costuma propor desafios aos participantes, para que tentassem invadir sistemas consi-

derados seguros. Dessa vez, a prova era tentar penetrar em alguns modelos de urnas eletrônicas usadas nos Estados Unidos. Mais de 30 deles foram testados e todos foram invadidos, alguns em pouco mais de uma hora, sendo que apenas um deles não é mais usado nos pleitos norte-americanos. Entre os modelos, porém, nenhum era compatível com as máquinas usadas no Brasil.

Para o secretário de Tecnologia da Informação do TSE, Giuseppe Dutra Janino, não há motivo para preocupação, já que muitas são as diferenças entre as urnas brasileiras e as invadidas pelos hackers. "Estavam habilitados nessas máquinas acessos via rede, com ou sem fio, e utilização de teclados externos. Mecanismos que inexistem nas urnas brasileiras", explica. Ele detalha que as máquinas brasileiras funcionam totalmente *off-line* e não permitem nenhum acesso via rede, não utilizam *touchscreen* e têm seu *software*, que é desenvolvido pelo próprio TSE, constantemente aprimorado e atualizado. Nos Estados Unidos, tanto as urnas quanto os *softwares* são produtos comerciais, desenvolvidos pelas empresas fornecedoras dos equipamentos.

Rotinas de segurança

Janino esclarece que existe um sistema eletrônico complexo que garante a segurança das urnas brasileiras e que não inclui apenas a coleta de votos e da apuração, mas também o cadastro de eleitores e o registro de candidaturas, passando pela prestação de contas e pela totalização e divulgação dos votos. Tudo feito de forma automatizada para mini-



mizar a intervenção humana, procurando garantir a integridade e autenticidade dos dados. “Entre os sistemas, toda a troca de informações é verificada mediante assinaturas digitais e, em alguns casos, criptografia. Não é possível, portanto, que algum intruso insira ou adultere informações que levem a adicionar ou alterar votos, incluir ou excluir candidatos, dentre outros ataques”, assegura.

Detalhadamente, ele explica que a urna e os sistemas são construídos para que, se detectada alguma anomalia, seja emitido um código de erro. “Qualquer tentativa de adulteração do *software* será verificada e não será possível prosseguir com a coleta de votos ou apuração. Caso alguém tente inserir um *software* ou sistema operacional diferente do oficial, um *hardware* criptográfico de segurança verificará que tais sistemas não foram elaborados pelo TSE e não permitirá a inicialização da urna”, reitera.

Segundo o TSE, do processo eleitoral

resultam arquivos que são disponibilizados aos partidos políticos e à sociedade. Entre esses arquivos estão o Registro Digital do Voto, registros de eventos de cada urna eletrônica, os chamados de *logs* de urna, de associação do número interno de cada urna com a seção eleitoral antes e depois da eleição, resultados de cada seção eleitoral, entre outros.

Também são feitos diversos testes na Justiça Eleitoral. Durante o desenvolvimento há testes internos, simulados, outros em campo feitos nos tribunais regionais, além do Teste Público de Segurança (TPS) e da Votação Paralela. Nos testes públicos, qualquer brasileiro acima de 18 anos pode executar planos de ataque ao sistema para provar alguma vulnerabilidade. Na votação paralela, urnas já preparadas são sorteadas na

véspera da votação e ficam recebendo votos fictícios e sendo filmadas. Isso garante que a urna está recebendo e computando adequadamente os votos.

E foi em um desses testes públicos, o anterior às eleições de 2012, que a equipe do professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) Diego Aranha, especialista em segurança da computação e criptografia, encontrou uma vulnerabilidade nas urnas eletrônicas. Graças a essa fragilidade foi possível derrotar o mecanismo de segurança implementado no *software* que atua na proteção do sigilo do voto. “Utilizando a vulnerabilidade, minha equipe conseguiu recuperar a lista ordenada dos votos em



Diego Aranha

eleições simuladas com até 475 eleitores a partir unicamente de informação pública, com impacto potencial até em eleições passadas. De posse da lista ordenada de eleitores, foi possível determinar com certeza matemática as escolhas de cada um deles”, explica. Segundo Aranha, isso permitiria determinar com exatidão a escolha de alguns eleitores ilustres que votaram em instantes de tempo específicos, por exemplo.

Transparência

Além desse ponto fraco no sigilo do voto, a equipe detectou também outros que, segundo Aranha, abrem possibilidade para uma adulteração ou substituição do *software* de votação por uma versão que conta os votos de forma desonesta. Ele critica o fato de o sistema de votação brasileiro ter unicamente um registro eletrônico dos votos. “Consequência direta disso é que tanto o sigilo do voto quanto integridade dos resultados dependem diretamente da qualidade do *software* de votação e de sua resistência contra manipulação por agentes internos e externos. Com exceção dos técnicos da Justiça Eleitoral, não se conhece plenamente o funcionamento do sistema de votação nos seus mínimos detalhes, até porque o código é gigantesco, são mais de 13 milhões de linhas e ele não está amplamente acessível. Entretanto, mesmo com esses obstáculos e as restrições impostas pelo TSE nos testes que realiza, diversas vulnerabilidades já foram encontradas”, lembra. O tribunal não fez testes em 2014 e em 2016 introduziu um termo de sigilo obrigatório que, segundo Aranha, inviabilizou a sua participação no teste.

Para ele, mesmo que as fragilidades encontradas em 2012 tenham sido corrigidas pontualmente, o que não pode atestar pessoalmente já que não participou de mais testes, seu conjunto denuncia um processo de projeto e desenvolvimento de *software* defeituoso. “O sistema é incapaz de detectar trechos de código inseguros inseridos no *software* por acidente ou sabotagem, e ignora completamente a possibilidade de fraude promovida por agentes internos”.

Sobre a alegação do TSE de que já que as urnas não estão conectadas a nenhuma rede, são completamente seguras, Aranha pondera que, mesmo desconectadas, elas usam a internet indiretamente para receber *software* ou transmitir resultados. “Esse tipo de ameaça precisa ser considerada, além de potenciais agentes fraudadores internos com acesso privilegiado ao sistema”, diz, ressaltando que as vulnerabilidades encontradas até agora certamente teriam impacto amplificado se exploradas por agentes dentro da Justiça Eleitoral.

Entretanto, para o especialista, os testes são desejáveis, mesmo que os classifique também como insuficientes. Entre os motivos, Aranha cita o obstáculo de ter que examinar uma quantidade gigantesca de código em poucos dias, sob a supervisão do TSE, sem poder usar papel e caneta. Além disso, critica o termo de sigilo. “Pela falta de segurança jurídica, muitos investigadores desistem de participar dos testes”, sendo que, segundo ele, o termo não tem nenhum efeito sobre um fiscal malicioso interessado em vaziar informação coletada nos testes.

Outra preocupação é a de que o código analisado não seja aquele realmente utilizado no dia da eleição. “Não há nenhuma garantia de que o código examinado nos testes será de fato utilizado nas eleições, pois o desenvolvimento do sistema continua até a eleição seguinte e pode introduzir novas vulnerabilidades. Como as eleições dependem unicamente de *software*, atualmente votamos com confiança incondicional na autoridade eleitoral e seus processos, algo que não faz qualquer sentido do ponto de vista de segurança”, defende.

Em relação à transparência, o TSE

afirma que os códigos-fonte são, ao final dos pleitos, transformados em sistemas compilados em cerimônia pública e que, seis meses antes das eleições, são disponibilizados aos partidos políticos, à OAB, ao Ministério Público e a universidades. “Com essa publicação e a geração dos sistemas publicamente com a assinatura digital de várias instituições, não é possível, nem mesmo para os desenvolvedores dos sistemas no TSE, inserir códigos ou instruções maliciosas”, reafirma Janino.

Voto impresso

Classificado por uns como retrocesso aos tempos da cédula em papel e por outros como reforço de um sistema com muitas falhas, o fato é que o voto impresso é resultado da reforma eleitoral de 2015 e passa a valer em 2018. A implantação será gradual e o TSE trabalha para a elaboração de novo modelo da urna eletrônica, que contará com um visor de acrílico por meio do qual o eleitor verá, impresso, o voto que digitou na urna eletrônica, visível também na máquina. Caso confirme o voto, a impressão cairá em uma urna inviolável. Caso não confirme, a impressão cairá na urna, mas com a palavra “cancelado” impressa no papel.

O eleitor não terá contato nenhum com o comprovante impresso, muito menos o levará para casa. Está especificado no artigo 59-A da Lei 9.504 que “a urna imprimirá o registro de cada voto, que será depositado, de forma automática e sem contato manual do eleitor, em local previamente lacrado”. Para concluir o processo de votação, o eleitor precisará



Giuseppe Janino



Amilcar
Brunazo

Foto: Agência Câmara

confirmar a correspondência entre o teor do seu voto e o registro impresso e exibido pela urna eletrônica.

Para Janino, do TSE, na visão técnica do órgão o voto impresso abre margem a alguns tipos de ataques e não atende o propósito de aumentar a segurança do pleito. "Se houver discrepância na contagem dos votos impressos com a contagem eletrônica, não há como distinguir qual resultado é o correto. O problema é que a simples manipulação dos votos impressos, como a retirada de alguns, por exemplo, já provocaria uma discrepância. Assim, a sabotagem é favorecida, pois pode-se provocar divergências de votos eletrônicos e impressos em regiões onde o candidato opositor é mais forte. Como não se pode associar individualmente o voto, sob pena de fragilizar ou quebrar-lhe o sigilo, não há como descobrir onde houve a manipulação", pondera.

Outra preocupação de Janino é em relação à custódia dos votos impressos. Ao eleitor, vai ser permitido ver o registro impresso do voto, mas não este sendo auditado posteriormente. Ele explica que não se pode distinguir qualquer deles, isso acarretaria a quebra de sigilo, e poderia permitir a coação ou venda. "Assim como acontecia na votação manual, o que o eleitor vê e o que será efetivamente contado será tutelado fisicamente. Por outro lado, a urna eletrônica garante essa custódia pela integridade digital do conjunto de votos, com inúmeras barreiras de segurança. O TSE está buscando meios para mitigar as vulnerabilidades em função da adoção do voto impresso, mas

há uma relação de compromisso entre a garantia dessa integridade e o sigilo".

Para Aranha, se o voto impresso for implantado corretamente, com depósito automático em urna convencional, será possível verificar a integridade da contagem eletrônica a partir da contagem dos registros impressos e conferidos pelos eleitores. "Isso aumentará significativamente a dificuldade de uma fraude indetectável ao exigir que intervenções perfeitamente coerentes sejam realizadas nas versões digital e impressa. Em resumo, a introdução do voto impresso procura tornar transparente a contagem eletrônica dos votos, ao produzir uma evidência verificável pelo eleitor do comportamento honesto do sistema", afirma, lembrando que a experiência de outros países pode ser aproveitada na implantação no Brasil, usando o voto impresso na conferência entre a contagem, não só para a recontagem.

Como melhorar o processo eleitoral?

O engenheiro Amilcar Brunazo faz parte do Comitê Multidisciplinar Independente e acompanha o desenvolvimento dos sistemas eleitorais do TSE desde 2000. Ele defende a ideia da auditoria pelo voto impresso, além do eletrônico, com a finalidade de dificultar fraudes pelos *softwares* das urnas. Brunazo destaca que outros países com voto eletrônico já utilizam essa solução. Entretanto, lamenta que a implementação no Brasil não seja geral já nas próximas eleições.


Outra crítica do engenheiro é relacionada à concentração de funções do TSE. "Não há tripartição de poderes no processo eleitoral brasileiro. Uma única entidade detém as funções jurídico, normativa e administrativa. Isso resulta em corporativismo, autoritarismo e falta de transparência", salienta.

Para Brunazo, a solução é criar um órgão de administração eleitoral independente dos demais poderes judiciário e normativo. "Desta forma, ao TSE caberia apenas a estrita função judicial, para que passe a existir uma fiscalização independente efetiva no processo eleitoral, pois a fiscalização permitida atualmente é totalmente regulada e restringida pela autoridade jurídico/

administrativa eleitoral".

O presidente da Comissão de Direito Eleitoral da OAB/RJ, Eduardo Damian, entende que as eleições no país já são seguras e transparentes. Para ele, os testes realizados pelo TSE são suficientes, porém o tribunal precisa ter uma preocupação constante em sempre aprimorar e intensificar os testes, para que o sistema esteja em constante aperfeiçoamento.

Em relação ao voto impresso, Damian acredita que é um custo muito alto para o sistema eleitoral brasileiro. Segundo projeção do TSE, a impressão nos próximos dez anos vai custar R\$ 2,5 bilhões aos cofres públicos. "Uma das grandes qualidades que temos é a agilidade na divulgação dos resultados das eleições. Com o retorno de um voto impresso, teremos uma possível conferência, contagem das cédulas impressas, para confrontar com o resultado das urnas. Havendo o manuseio das cédulas, pode haver fraude. Esse não é um sistema que vai melhorar a apuração das eleições", diz. Atualmente, um eleitor fica, em média, 40 segundos diante da urna. Esse tempo deve aumentar, mas o TSE ainda não fez o cálculo dessa demora.

Para Damian, a melhor forma de aprimorar o sistema eleitoral é com a redução dos gastos de campanha. "Pode haver uma redução significativa nesses gastos, principalmente com o horário eleitoral gratuito, tendo em vista que hoje, com a internet e as redes sociais, o candidato pode ter uma comunicação intensa e diária com os eleitores", defende. 



Eduardo
Damian

Foto: Bruno Martins

OAB/RJ consegue duas liminares contra mercantilização da advocacia

Na realidade, como bem pontua a OAB, a conduta da ré acaba por convocar o público em geral a procurar a ADCON para resolver toda a sorte de problemas jurídicos divulgados nos seus anúncios. Conduta que viola o Código de Ética da Ordem dos Advogados do Brasil, no que tange ao disposto no seu art.5º, ao prever que o exercício da advocacia é incompatível com qualquer procedimento de mercantilização e, ainda, o art.7º do mesmo estatuto que veda o oferecimento de serviços profissionais que impliquem captação de clientela ou mercantilização da profissão.

Dentro do compromisso de atuação incessante contra a mercantilização da advocacia, a Procuradoria-Geral da OAB/RJ ajuizou duas ações civis públicas pedindo tutela liminar em face da Associação Brasileira de Defesa do Consumidor, da Vida e dos Direitos Civis (Adcon) e de Elaine Oliveira Gonçalves dos Santos – ME, nome fantasia de Central Nacional de Revisões, alegando que ambas vêm praticando condutas referentes a violações disciplinares, como captação de clientela por meio de publicidade ilícita e mala direta.

Os pedidos foram aceitos pela 30ª e 26ª Vara Federal, respectivamente. Nos dois casos ficou determinado que as empresas devem se abster de praticar quaisquer atos inerentes e privativos da advocacia, bem como fazer anúncios, publicidade ou divulgação de oferta de serviços jurídicos. As duas empresas foram intimadas.

Entenda o caso

A Adcon usava seu site na internet


e outros meios de publicidade para divulgar e especificar serviços jurídicos por ela desenvolvidos, o que fere o Código de Ética da OAB. Em outra prática que também contraria o código, convocava o público em geral a procurar a empresa para resolver toda sorte de problemas jurídicos divulgados nos seus anúncios, o que caracteriza captação de clientela e mercantilização da advocacia.

Além disso, a Adcon não possui registro na Ordem, violando o artigo 15 do Estatuto da Advocacia, que exige que a sociedade de advogados tenha registro aprovado no Conselho Seccional em cuja base tiver sede.

O caso da Central Nacional de Revisões era semelhante. A OAB/RJ tomou conhecimento da atuação da empresa por

meio da Ouvidoria da Seccional. A Central vinha enviando cartas aos aposentados e pensionistas com oferta de prestação de serviços advocatícios para a solução de pendências judiciais referentes à revisão de benefícios previdenciários de aposentados e pensionistas entre os anos de 1977 e 2017, em Petrópolis.

A Justiça entendeu que a empresa estava desenvolvendo atividades que podem ser caracterizadas como exercício irregular da advocacia, ferindo o Estatuto da OAB e o Código de Ética. A ocupação econômica principal da central é a de “cobrança e informações cadastrais”, e portanto ela não deveria oferecer assessoria jurídica.

As propagandas de divulgação do serviço também foram classificadas como de cunho exclusivamente mercantilista. “Uma vez que, fazendo uso do INSS, ilude a população no sentido de que, ao contatá-la, poderá obter benefícios ou serviços com facilidade ou vantagem, não primando pela discrição e moderação”, descreve a decisão judicial. 

Sendo assim, conclui-se que as atividades desenvolvidas pela ré se caracterizam como exercício irregular da advocacia, ofendendo aos dispositivos do Estatuto da OAB (Lei Federal n. 8.906/94) e o Código de Ética e Disciplina, conforme artigo 1º, *in verbis*:

Publicação de acordo judicial para resposta do autor

Nos autos do processo judicial 0211568-70.2013.8.19.0001, em trâmite na 48ª Vara Cível da Comarca da Capital/RJ, proposto por Octavio Augusto Brandão Gomes, restou firmado acordo para publicação da seguinte resposta do autor:

“A gestão Octavio Gomes não deixou qualquer dívida na OAB/RJ, mormente dívidas milionárias (sic). Ao contrário: deixou um superávit da ordem de R\$ 3.975.650,66

(três milhões, novecentos e setenta e cinco mil, seiscentos e cinquenta reais e sessenta e seis centavos), além de saldo em caixa no valor de R\$ 2.850.000 (dois milhões, oitocentos e cinquenta mil reais), sem qualquer dívida ou encargo a pagar, tendo sido quitada, antecipadamente, até a folha de pessoal do mês de dezembro de 2006. Tais documentos contábeis integram o processo de aprovação das contas perante o Conse-

lho Seccional e o Conselho Federal da OAB.

As contas da gestão Octavio Gomes, frente à OAB/RJ, períodos 2001, 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006, foram julgadas regulares e aprovadas, com louvor, pela Terceira Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. A OAB Federal não detectou qualquer irregularidade nas contas.

A aprovação das contas transitou em julgado”.

Seccional apresenta ação contra BB por prática abusiva

A OAB/RJ apresentou, no dia 7 de agosto, ação civil pública à Justiça Federal contra o Banco do Brasil, denunciando práticas abusivas no tratamento das contas judiciais pela instituição que, na interpretação da Seccional, restringem a realização de DOCs e TEDs de mandados de pagamentos apenas para correntistas do próprio banco.

A ação traz pedido de antecipação da tutela para que o banco volte a realizar transferências, via DOC ou TED, a qualquer instituição financeira indicada pela parte ou seu representante legal, como era feito anteriormente nessas situações, exatamente como no caso de contas comuns, e pede que seja aplicada multa no valor de R\$ 50 mil para cada ato que vier a ser praticado em descumprimento à decisão judicial.

Na ação, a OAB/RJ informa que tomou conhecimento de que o banco teria emitido uma ordem interna para alterar o processamento das operações de DOCs e TEDs de mandados de pagamento, o que prejudicaria o trâmite: "Basicamente, acabariam os DOCs e TEDs em dinheiro para os não correntistas do Banco do Brasil, só sendo possível a realização de depósito em conta para os próprios correntistas da instituição, o que obrigaria o beneficiário do mandato – ou seu represen-

tante legal – a sacar o montante em espécie ou abrir uma conta na instituição".

Além dessa restrição, a instrução normativa emitida pelo BB considera que, em caso de mandados de valores superiores a R\$ 5 mil, o pagamento se dará mediante prévio agendamento em data anterior ao saque, para que haja reserva de fundo disponível na agência.

O texto explica que, para que os valores sejam disponibilizados em conta de outros bancos, atualmente só há duas exceções: uma é que o advogado seja cadastrado no convênio existente entre OAB/RJ e Banco do Brasil e a outra, que haja no mandato, expressamente, a indicação de agência, banco e conta em que o mandato deverá ser depositado.

A Seccional já havia oficiado a instituição bancária e se reunido com seus representantes para tratar da questão, porém, mesmo constatando se tratar de um problema técnico do Banco do Brasil e não de uma imposição intencional para a abertura de contas, na visão do presidente da OAB/RJ, Felipe Santa Cruz, não é cabível que os advogados tenham que arcar com isso.

"Não é razoável que depois de confeccionados se tenha que pedir a reemissão



Felipe Santa Cruz

Foto: Lúlia Aparício

dos mandados de pagamento apenas pela impossibilidade do sistema do Banco do Brasil. Aliás, é inconcebível qualquer restrição ao gozo da propriedade que não seja prevista em lei formal e esteja extremamente justificada, sob pena de ensejar grave inconstitucionalidade", afirma a ação, assinada por Felipe; pelo presidente da Comissão de Prerrogativas, Luciano Bandeira; pelo procurador-geral, Fábio Nogueira; pelo subprocurador-geral Thiago Morani; e pelas procuradoras Sheila Mafra e Patrícia Azevedo. [T](#)

OAB/RJ age contra municípios que alteraram limite da RPV

A Procuradoria da OAB/RJ ajuizou três ações civis públicas (ACP) com pedido de antecipação dos efeitos da tutela em face dos municípios de Barra do Piraí, Barra Mansa e Valença. O motivo é que as prefeituras reduziram o limite para a Requisição de Pequeno Valor (RPV), o que é inconstitucional. O instrumento pode ser utilizado quando o valor de uma ação contra entes públicos é inferior a 30 salários mínimos, no caso dos municípios, ou 40, no caso de estados e da União, de modo a acelerar os pagamentos e evitar que entrem na fila dos precatórios.

"Com a crise, os municípios reduziram o valor da RPV para diminuir a perda de receita com esses pagamentos. A Ordem ingressou com as ACPs porque isso é inconstitucional. Quando fazem essa modificação, geram prejuízo direto para a advocacia, que muitas vezes se baseia em honorários de sucesso da causa. Valores que eram recebidos mais rapidamente terão agora que se encaixar na fila dos precatórios", explica uma das procuradoras da Seccional, Sheila Mafra.

Segundo ela, a prática das prefeituras poderia ser considerada uma espécie de confisco, pois embora não estejam tributando as pessoas, os municípios estão "tirando um direito e postergando o pagamento".

A RPV garante que ações ganhas na Justiça contra municípios, estados ou União não precisem entrar na fila dos precatórios, permitindo mais agilidade no recebimento dos valores. A Constituição Federal diz que cada ente pode definir o valor do RPV. Porém, o § 12, inciso V, do artigo 2º da Emenda Constitucional 62/2009 estabeleceu que estes teriam um prazo para fazer isso (180 dias), que já expirou. Segundo o texto da emenda, o limite então seria obrigatoriamente de 30 salários mínimos para a esfera municipal, e 40 para as demais.

A procuradora da OAB/RJ alerta para uma situação ainda mais grave, decorrente da mudança no teto. "Muitas vezes, as pessoas aceitam renunciar a uma parte significativa do valor que teriam que receber para que ele fique dentro do limite da RPV, e assim seja liberado mais cedo", afirma Mafra. As ações foram ajuizadas no final de agosto.

Do litígio à colaboração, 40



OLIVIA FÜRST*

No próximo dia 26 de dezembro, a Lei 6.515, que autorizou o divórcio, completará 40 anos. Esta importante conquista – política e social – merece uma detida reflexão acerca de como passamos essas quatro décadas e qual o futuro do divórcio no Brasil.

Para se compreender o divórcio hoje e, portanto, compreender o casamento e a própria ideia de família, é importante considerar o contexto histórico do Direito de Família no Brasil: de uma sociedade patriarcal, marcada pela influência direta da Igreja Católica, para uma noção de família definida pelo afeto, fundada no respeito às liberdades individuais e na pluralidade, foi um longo percurso.

Esta trajetória está intimamente ligada à dissociação de Estado e Igreja, à conquista de direitos pelas mulheres e à proteção da infância na legislação brasileira.

A Constituição de 1988 promoveu uma verdadeira revolução: consagrou, dentre outros conceitos, o princípio da dignidade da pessoa humana, sepultando de uma vez por todas os resquícios do patriarcado, equiparando homens e mulheres em direitos e obrigações; acabou com a diferenciação entre filhos legítimos e ilegítimos, bem como reconheceu as famílias plurais, deixando o casamento de ser a única forma de constituir família.

De lá para cá, as transformações na sociedade e na legislação têm avançado exponencialmente na consolidação das liberdades individuais e para uma interferência cada vez menor do Estado na vida privada dos indivíduos.

Assim, o casamento hoje se justifica na medida em que estiver presente o afeto e o desejo de viver em conjunto. E nem se discute mais culpa pelo fim da

relação, uma vez que não traz nenhuma repercussão objetiva no processo de divórcio: servia apenas para fomentar ressentimentos e desejos de vingança.

No entanto, ainda hoje, no momento de gerir impasses e discordâncias, ainda somos lançados, famílias e profissionais, em direção a práticas arcaicas e anacrônicas que, na verdade, mais promovem o agravamento dos conflitos do que efetivamente os solucionam.

Não por acaso, o senso comum ainda associa o divórcio a disputas, brigas, desentendimentos e, no frígido dos ovos, a duras batalhas judiciais. E a presença dos advogados, via de regra, não costuma trazer alívio, muito pelo contrário: é ainda percebida como ameaça pela outra parte.

Entretanto, diante de todos os avanços no Direito de Família e do novo contexto inaugurado pela Resolução 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, pela Lei de Mediação e pelo novo Código de Processo Civil, no que tange à promoção de formas adequadas de resolução de conflitos, essa associação imediata e distorcida não se justifica mais.

O pleno exercício das liberdades individuais garantidas pelos avanços do Direito de Família depende da possibilidade de exercer tais direitos sem causar destruição. Há um grande desejo por novas formas de conduzir os conflitos familiares. Mesmo quando ainda não vislumbram, em determinados momentos, saídas factíveis para as situações vivenciadas, a maioria esmagadora das famílias parece sinceramente querer alcançar uma solução equilibrada, que cuide dos filhos, preserve os recursos financeiros, e aponte para uma relação

minimamente civilizada com aquele/a que continua a ser o pai ou a mãe dos seus filhos.

O divórcio colaborativo surge como uma interessantíssima opção para



40 anos do divórcio no Brasil

casais que estejam passando pelo desafio de combinar os termos deste novo ciclo de vida e de redesenhar a organização familiar de forma amigável. A pro-

colaborativa consiste em uma abordagem extrajudicial, multidisciplinar e não adversarial do divórcio.

Extrajudicial porque todo o processo de resolução do conflito é trazido para a esfera privada, mantendo os clientes e os advogados no controle da situação, possibilitando que o processo se dê no tempo das pessoas e preservando sua autonomia. Recorre-se ao Tribunal apenas para homologar os acordos quando a lei assim determinar.

Não adversarial na medida em que os advogados assinam um termo de não litigância, afastando por completo a possibilidade de representarem os mesmos clientes em um litígio judicial. O compromisso com a não litigância permite que os advogados passem a trabalhar em conjunto e complementaridade – e não mais em oposição – unindo esforços para auxiliar seus clientes a alcançar um acordo que seja o melhor possível para todos os envolvidos.

Multidisciplinar pela possibilidade de se trazer à mesa de negociação profissionais de outras especialidades, uma vez que se compreende e aceita que o divórcio é intrinsecamente complexo, com múltiplos aspectos (emocional, psicológico, financeiro, dentre outros), sendo o jurídico apenas um deles (muitas vezes, surpreendentemente, o mais simples).

Nestes 40 anos de história do divórcio no Brasil, muita coisa mudou. Já aprendemos

– tanto na perspectiva das famílias, quanto na dos profissionais

que lidam com elas – que processos litigiosos que envolvem questões familiares e afetivas são processos sem vencedores. Mais do que isso: todos perdem. As pessoas passam anos de suas vidas unidas pelo conflito, gastam parte expressiva de suas economias, não sendo raros os casos em que os filhos crescem em meio a intermináveis batalhas judiciais, comprometendo o seu pleno desenvolvimento e trazendo a pior das consequências: laços afetivos rompidos de maneira definitiva, muitas vezes por gerações.

E o advogado passa a ser visto como um importante aliado nesta empreitada: munido de novas habilidades negociais e de comunicação, o advogado exerce um papel fundamental na costura dos interesses e necessidades das pessoas envolvidas, e sua presença passa a ser celebrada pelas partes na medida em que estiver cada vez mais associada à efetiva resolução dos conflitos do que ao ajuizamento de processos.

O divórcio colaborativo é, sem dúvida, uma metodologia coerente com as demandas do nosso tempo. Além de estar em sintonia fina com as novas políticas públicas do CNJ e com as leis brasileiras mais recentes, o divórcio colaborativo vai ao encontro dessa demanda reprimida – tanto por parte da sociedade, quanto dos profissionais que lidam com conflitos – por métodos mais eficazes e construtivos de gestão de controvérsias.

A OAB/RJ foi a primeira seccional a criar uma comissão específica de Práticas Colaborativas e apoia o 10 Congresso Brasileiro de Práticas Colaborativas, a se realizar nos dias 9, 10 e 11 de novembro, com o tema 40 anos do divórcio no Brasil.

**Advogada, presidente da Comissão de Práticas Colaborativas da OAB/RJ, diretora executiva do Instituto Brasileiro de Práticas Colaborativas – IBPC*

O I Encontro da Advocacia Criminal do Rio de Janeiro foi realizado na sede da Seccional, em 28 de agosto, reunindo especialistas e profissionais da área. O presidente da Associação Brasileira dos Advogados Criminalistas do Rio de Janeiro (Abracrim), James Walker Jr, abriu o evento e destacou a oportunidade de debater “Processo Penal, Direito Penal e advocacia criminal com todas as suas vertentes e possibilidades. E, sobretudo, as questões ligadas às prerrogativas”.

Para o presidente nacional da Abracrim, Elias Mattar Assad, é preciso fortalecer cada vez mais o papel do advogado na sociedade. “A Justiça sem nós é uma imagem de barbárie. Mais do que nunca o Brasil precisa da voz forte da advocacia criminal e precisamos nos unir para defender o Estado democrático de Direito ou poderemos, em breve, assistir à perda de todas as nossas liberdades”, disse.

Representando a diretoria da Seccional, o presidente da Comissão de Prerrogativas e tesoureiro da Ordem, Luciano Bandeira, também centrou sua fala na importância do fortalecimento da advocacia, em especial, criminal. “Um encontro como este é importante, não só para enriquecer o debate e para




Foto: Lula Aparício

Ao final do encontro, jovem tocou o Hino Nacional

Advocacia criminal faz 1º encontro na OAB/RJ

promover aperfeiçoamento técnico, mas também para construir a luta pela liberdade. Hoje temos o princípio do cerceamento da liberdade, prisões preventivas que se alongam indefinidamente. É uma inversão dos valores que são caros à civilização para uma sociedade que

pretende construir algo melhor, construir a plenitude de direitos”, defendeu.

Ao final da abertura, um momento de emoção tomou conta do plenário lotado. Uma jovem de Engenheiro Pedreira, em Nova Iguaçu, tocou o Hino Nacional no violino em homenagem à advocacia. 

Ordem cria Comissão Especial de Acidente de Trabalho




Ferreira prometeu empenho para redução de acidentes

Foto: Bruno Martins

Aconteceu no dia 23 de agosto a cerimônia de posse da recém-criada Comissão Especial de Acidente de Trabalho da OAB/RJ. Na ocasião, foram empossados o presidente, Eduardo Ferreira, e o vice-presidente, Derval de Oliveira Filho. Ambos apresentaram, em linhas gerais, os propósitos do grupo, cuja temática é inédita entre as comissões das seccionais.

“Estamos diante de um trabalho árduo, que é a luta pela redução dos acidentes de trabalho no Estado do Rio de Janeiro”, disse Ferreira, na abertura da solenidade. Ele garantiu que não faltará empenho. “Muitos acidentes de trabalho e doenças ocupacionais

poderiam ser evitados se houvesse prevenção. É um peso muito grande para a sociedade e para todas as pessoas envolvidas termos um grande número de acidentes de trabalho. Queremos contribuir para a diminuição desse índice”, declarou o presidente do núcleo, que entre outras tarefas irá analisar e participar de propostas legislativas que visem à manutenção da atividade econômica com menor risco para os trabalhadores.

A solenidade contou com a presença do titular da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego do Rio de Janeiro (Ministério do Trabalho), Helton Yomura; do secretário de Estado de Trabalho e Renda do Rio de Janeiro, Milton Rattes; e do presidente da OAB/Barras, Claudio Carneiro; além de membros de comissões, subseções e outros profissionais. 

Comissão de Turismo e Federação promovem encontro jurídico

Com a presença de diversos integrantes de departamentos jurídicos de empresas do setor, foi realizado no dia 22 de agosto o I Encontro Jurídico da Comissão de Turismo e da Federação Brasileira de Hospedagem e Alimentação (FBHA).


O presidente da Comissão de Turismo da OAB/RJ, Hamilton Vasconcellos, participou da abertura do evento. “O setor tem muita importância no dia a dia, na geração de emprego e renda. A OAB/RJ não se preocupa apenas com o advogado, mas também com a sociedade. O momento atual não é fácil, temos que batalhar juntos pela melhoria”, afirmou na ocasião.

Também participou da atividade o presidente do Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) da Confederação Nacional do Comércio, Alexandre Sampaio. “Vivemos um momento fundamental para a questão sindical patronal. Como lidar com a nova realidade que se apresenta com o fim da contribuição sindi-

Foto: Lula Aparício



Hamilton Vasconcellos destacou importância do setor

cal? A ideia é, a partir de um debate enriquecedor, traçarmos caminhos para mantermos os sindicatos, a fim de que sigam partícipes e importantes nesse novo cenário que os empresários irão enfrentar”, esclareceu. Ao longo do dia foram discutidos diversos temas ligados ao turismo, e também foram realizadas reuniões entre os departamentos jurídicos. 

Projeto *Falando Direito* tem aula inaugural na OAB/RJ

A aula inaugural do projeto *Falando Direito Carioca – educação para a cidadania* aconteceu no dia 17 de agosto, na sede da Seccional. A iniciativa, que já existe em outros estados e agora chega ao Rio de Janeiro, é uma parceria entre a Comissão OAB Vai à Escola da OAB/RJ e o Instituto Brasileiro de Educação em Direito e Fraternidade (IEDF). O objetivo é oferecer lições jurídicas para alunos de escolas públicas fluminenses. Serão dois encontros por semana até novembro.


O presidente da comissão da Ordem, Luan Cordeiro, participou da abertura do evento. O palestrante foi o juiz Fábio Francisco Esteves, vice-presidente do IEDF, com a mediação da diretora regional, Valéria Kiffer, e da presidente do instituto, Sandra Taya. “Nossa história é marcada, desde o início da vida, por relações de direito. Tenho dez anos de caminhada nesse projeto, e essa é



Foto: Bruno Martins

Fábio Francisco Esteves

nossa proposta: fazer uma nova escola, para ajudar a construir uma sociedade livre, justa e solidária para todos”, afirmou Esteves.

A plateia foi composta por cerca de 60 estudantes, selecionados pelas diretorias dos colégios estaduais Souza Aguiar e Bairro Nova Aurora de acordo com critérios como, por exemplo, boas notas e assiduidade. A iniciativa se soma ao esforço da OAB/RJ em incluir conteúdo jurídico no Ensino Médio. Em maio, foi assinado um convenio entre a Seccional e o grupo educacional Eleva com a intenção de instituir a disciplina Direito e Justiça em suas unidades e oferecer aos alunos noções de cidadania e embasamento em relação aos direitos e deveres. O objetivo é ter, em 2018, uma ementa consolidada que possa ser aplicada em todas as 44 unidades do grupo no estado do Rio. 


Seccional debate sistema socioeducativo

Foto: Lula Aparício



Os obstáculos para a implementação de práticas de justiça restaurativa no sistema socioeducativo foram os pontos centrais do evento *Círculos de conversa: o sistema socioeducativo e seus desafios*, promovido pela Comissão de Justiça Restaurativa (CJR) da OAB/RJ nos dias 15 e 22 de agosto.

A presidente da CJR, Celia Passos, foi a palestrante. “A Justiça restaurativa foi implantada no Brasil há alguns anos, e no Rio de Janeiro com algum atraso. Agora temos a Resolução 225, que insta o Conselho Nacional de Justiça a difundir-la, e também a estimular os tribunais a gerarem mecanismos que permitam essas práticas”, afirmou ela na ocasião, ressaltando que, além dos tribunais, o Ministério Público, as defensorias e a Ordem devem “atuar em rede” para implementar a proposta.

“A Justiça restaurativa não é sinônimo de impunidade, não é deixar de cuidar do fato que gerou dano. Ao invés de punir e encarcerar, nossa proposta é responsabilizar. O crime, sob essa perspectiva, não é um ato contra a lei, mas sim algo que infringe as relações, e quem o comete deve ser levado a reparar as consequências. O que o sistema punitivo traz de benefícios? A forma de corrigir pode ser através da violência ou de um ato que promova reflexão e reparação”, explicou Passos, que acrescentou que outros temas se articulam à questão e poderão ser abordados em futuras palestras. “Os advogados interessados em participar da CJR podem nos procurar e propor novos temas, pretendemos tratar de diversas questões a partir do ponto de vista dessa prática”. 

Violência e segurança pública no Rio de Janeiro em discussão

O aumento da violência no Rio de Janeiro e as propostas na área de segurança pública para enfrentá-la, principalmente no caso de as vítimas serem advogados, foi o tema central do debate *Criminologia e vitimologia*, promovido pela Comissão de Enfrentamento à Violência Contra Advogados (Ceva) da OAB/RJ no dia 14 de agosto.

Na abertura, o presidente da Ceva, Alexandre Ayres, explicou como se deu o surgimento da comissão, após o assassinato do diretor da OAB/São Gonçalo Wagner Salgado, em fevereiro. "A violência vem aumentando, principalmente contra advogados. Devemos falar e realizar eventos sobre o assunto, e temos aqui pessoas de muito conhecimento no tema", afirmou. O presidente da Comissão de Política sobre Drogas da OAB/RJ, Wanderley Rebello Filho, também participou do evento, tratando dos principais aspectos da criminologia e da vitimologia.

O procurador-geral da Ordem, Fábio Nogueira, representou o presidente



Evento discutiu propostas na área de segurança

Foto: Bruno Martins

Felipe Santa Cruz na ocasião. "A política de segurança pública que temos é absolutamente inadequada, expõe os agentes. A OAB/RJ fará um grande ato em defesa dos policiais, chamando os profissionais para ouvir suas opiniões. É preciso dar um basta nisso", disse Nogueira.

O presidente da Sociedade Brasi-

leira de Vitimologia, Leonardo Ferraro, comemorou o fato de, segundo ele, a sociedade já não exaltar tanto o bandido "bandido bom é bandido morto", e defendeu o ponto de vista das vítimas, que muitas vezes sofrem violências e, "ao buscarem respaldo do Estado, são ainda mais massacradas".

OAB Mulher debate os 11 anos da Lei Maria da

Apesar das estatísticas de violência contra a mulher, que permanecem alarmantes, a Lei Maria da Penha, sancionada em 2006, constituiu um marco no combate a essa situação. Essa foi a conclusão do debate realizado pela OAB Mulher no dia 7 de agosto, no Salão Nobre Modesto da Silveira.

"A Lei Maria da Penha é um marco importante no enfrentamento à violência doméstica e familiar. Apesar de ainda precisarmos de mecanismos para que ela funcione melhor, temos que celebrar, porque é uma das melhores leis sobre o tema no mundo", afirmou a pre-

sidente da OAB Mulher, Marisa Gaudio, ao iniciar o evento.

Ex-chefe de Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, a delegada e deputada estadual Martha Rocha (PDT) foi a palestrante da noite. Ela fez um histórico da conquista de espaço por parte das mulheres nessa área. "Em 1986, surge a primeira delegacia de mulheres do Rio de Janeiro. Quando cheguei em uma delegacia pela primeira vez, não havia banheiro para mulheres, simplesmente porque não havia mulheres na Polícia Civil. Nesses 11 anos de Lei Maria da Penha, tivemos conqui-

tas e entraves", resumiu. A deputada apresentou dados sobre a violência contra a mulher por localidade, idade e condição social.

A mesa de debates foi composta ainda pelo procurador-geral da OAB/RJ, Fábio Nogueira; pela coordenadora do grupo de trabalho de enfrentamento à violência de gênero da OAB Mulher, Karen Marques; pela diretora da Divisão de Proteção e Atendimento à Mulher (DPAM), Márcia Noeli Barreto; pela assistente social do Juizado de Violência Doméstica da Comarca de Teresópolis, Tania Luna; e pelos defensores públicos Simone Estrellita e Nilson Bruno.



Foto: Lula Aparício



Foto: Lula Aparício

Juliana Emerique explicou trabalho realizado na delegacia

Delegada fala sobre atendimento a crianças e adolescentes vítimas

Para marcar a participação da OAB/RJ na campanha *Justiça pela paz em casa*, foi realizada, em 24 de agosto, uma palestra sobre a violência doméstica familiar, principalmente contra crianças e adolescentes. A campanha é uma iniciativa do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e tem como objetivo, além de discutir o tema, empreender um esforço conjunto dos tribunais em mutirões de audiência que envolvam esse tipo de crime.


O debate foi organizado em conjunto pelas comissões dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA) e OAB Mulher. A presidente da OAB Mulher, Marisa Gáudio,

lembrou que a violência de gênero vem sendo bastante debatida pela Seccional, e é importante ouvir especialistas. Já a presidente da CDCA, Silvana do Monte Moreira, destacou que a questão da violência contra adolescentes é muito forte não só no Rio de Janeiro, mas em todo o Brasil. "No Nordeste, por exemplo, as meninas são sempre vítimas e isso não mudou nos últimos anos. A gente vem daquela formação feudal, na qual as meninas são empregadas da família ou, muitas vezes, abusadas dentro de casa, por conta de um machismo que ainda prepondera. São assuntos muito fortes

e muito marcantes", afirmou.

A delegada titular da Delegacia da Criança e Adolescente Vítima (DCAV), Juliana Emerique de Amorim Coutinho, explicou como é o trabalho realizado na delegacia. "O Estado do Rio de Janeiro é um dos poucos a ter uma delegacia específica para o atendimento ao adolescente vítima e nós tentamos evitar ao máximo a revitimização", explicou.

Ela falou da importância de o primeiro atendimento à vítima ser realizado levando-a ao hospital, antes mesmo de ir à delegacia, preservando a integridade física e para que seja feita a profilaxia. "Temos uma extensão da Dcav no Hospital Souza Aguiar, o Centro de Atendimento ao Adolescente e à Criança (Caac), para prestar atendimento a essas vítimas de violência sexual. O policial da ponta, um familiar, quem descobrir essa violência precisa saber que temos um local para dar um atendimento à criança".


Juliana defendeu que tanto o tratamento psicológico da vítima quanto a investigação são igualmente importantes. "Temos a parte terapêutica e atendimento especializado. E, por outro lado, mecanismos que nos permitam evitar a impunidade, promovendo uma investigação que tem que ser célere, que evite a revitimização e seja a porta de entrada em encaminhar essa criança para os serviços psicológicos pertinentes". 



Marisa Gaudio (centro), ao lado de Martha Rocha: lei é uma das melhores do mundo

Práticas de Justiça restaurativa em pauta na OAB/RJ

Novos repertórios em Justiça restaurativa foi o tema da atividade realizada no Plenário Evandro Lins e Silva, no dia 8 de agosto, pela Comissão de Justiça Restaurativa (CJR) da OAB/RJ. A presidente da CJR, Celia Passos, abriu o evento. "Temos um cenário de violência muito grande, e as práticas punitivas já se demonstram insuficientes. Sabemos que um ambiente hostil não é apropriado para transformar pessoas, então pretendemos divulgar e promover espaços de reflexão sobre a justiça restaurativa", afirmou.

A presidente da Comissão de Mediação de Conflitos, Samantha Pelajo, compareceu ao evento, que contou com palestras das especialistas na área Mônica Mumme e Vivian Gama. 

Mães criam associação para amparar policiais vítimas de violência

Foi lançada no dia 10 de agosto a Associação Mãe de Polícia (Amapol), formada por mães e familiares de policiais civis vítimas de violência. A solenidade aconteceu no Plenário Evandro Lins e Silva da OAB/RJ. A criação da associação, que pretende oferecer apoio emocional e social aos policiais e suas famílias, teve o apoio da Comissão de Segurança Pública (CSP) da Seccional.

O grupo, presidido pela advogada Zoraide Vidal, é integrado por equipe técnica composta por profissionais de recursos humanos, psicólogos, pedagogos e fisioterapeutas, entre outros. "Sou advogada há 30 anos, trabalhei no Morro do Borel, no projeto de acesso à Justiça criado pela OAB/RJ. O que nos aproxima aqui hoje é o nosso maior vín-


culo: a perda da vida dos nossos filhos", disse Zoraide, que é mãe da policial civil Ludmila Fragoso, assassinada em 2006.

Foram exibidos vídeos com depoimentos de viúvas, mães e parentes de profissionais mortos ou feridos em serviço.

O vice-presidente da CSP, Renato Teixeira, compôs a mesa de abertura do evento. "Nossa comissão tem a missão de fomentar o debate sobre segurança pública, mas não só isso. Vivemos uma crise nessa área e além das estatísticas, precisamos cuidar bem das pessoas que trabalham no setor, dando assistência e protegendo as famílias dos agentes", defendeu. Estiveram presentes ainda




Fotos: Bruno Martins

autoridades ligadas ao tema, como a delegada Sânia Cardoso, representando o chefe de Polícia Civil, Carlos Augusto Leba, e o presidente da Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Alerj, deputado Marcelo Freixo (Psol). 

Reunião aberta discute *compliance*



Intensificado a partir dos desdobramentos da Operação Lava-jato, o debate sobre *compliance* ganhou sua primeira reunião aberta no dia 22 de agosto, promovida pela Comissão Especial Anticorrupção, de *Compliance* e de Controle Social dos Gastos Públicos (CSGP) da OAB/RJ. O presidente da CSGP, Yuri Sahione, disse que a ideia é realizar encontros periódicos. "Não é uma palestra, não é um seminário, é uma conversa. Queremos que todos se sintam confortáveis para perguntar. Estamos procurando cumprir a função social da OAB, que é difundir as boas práticas".

O especialista em *compliance* Fábio Bastos iniciou o evento abordando *due diligence* na cadeia de fornecimento pós Lava-jato. "O *compliance* nasce regulatório, depois muda e passa a ser corporativo. Agora acrescentamos a parte ética. *Compliance* é decidir o que eu quero fazer certo e vivemos em um momento de descrença em que não basta ser honesto, é preciso parecer", afirmou. 

Evento debate Direito Ambiental


Para debater a tutela jurídica do Meio Ambiente Cultural, a Comissão de Direito Ambiental (CDA) da OAB/RJ realizou em 18 de agosto o VIII Seminário Nacional de Direito Ambiental. Na abertura, o presidente da CDA, Flávio Ahmed, destacou o objetivo de apresentar os diferentes pontos de vista sobre o tema. "Ver como o Direito pode atuar de forma a proteger e incrementar a atividade cultural, que é essencial à cidadania, à formação do conhecimento e à emancipação do ser humano".

Segundo Ahmed, foi uma oportunidade para explorar os contornos jurídicos da questão. "Ainda existe uma visão muito arraigada na sociedade de que, quando falamos em Direito Ambiental, tratamos apenas do meio ambiente natural. Mas não é assim. Esse paradigma mudou com a Constituição de 1988. Além do meio ambiente natural, temos também o cultural, o artificial e, mais



recentemente, o digital", explicou.

Também participaram da mesa de abertura o procurador-geral e coordenador das comissões da Seccional, Fábio Nogueira; o diretor de patrimônio do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Hermano Guanais e Queiroz; o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Seccional de São Paulo, Celso Fiorillo; e a superintendente do Iphan no Rio de Janeiro, Mônica da Costa.

Guanais e Queiroz fez um breve histórico da atuação do Iphan e falou sobre como o Decreto-Lei 25, assinado em 1937 para organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, surgiu no ordenamento jurídico brasileiro. Fiorillo, segundo palestrante, abordou o significado, sob a égide de um Estado democrático de Direito, do termo jurídico patrimônio cultural. 

Empreendedorismo jurídico é tema de seminário na Seccional


A OAB/RJ sediou o seminário *Empreendedorismo jurídico*, promovido pela Comissão de Gestão Jurídica (CGJUR) da entidade, no dia 4 de agosto. “O assunto é importantíssimo e ainda pouco abordado nos espaços do Direito. Como desenvolver uma advocacia cada vez mais profissional, voltada para resultados e comprometida com a questão ética e disciplinar? É preciso pensar nos grandes elementos que envolvem o desenvolvimento de uma advocacia empreendedora no país. O tema até é debatido, mas as pessoas muitas vezes não sabem quais as ferramentas adequadas, utilizam ideias que encontram na internet e que não possuem, em geral, a visão estratégica do empreendedorismo”, afirmou o presidente da CGJUR, Felipe Asensi, ao dar início aos trabalhos.

O consultor de negócios Ricardo Sirotsky foi o primeiro a falar, com a palestra *A era da disruptura e sua influência na advocacia*. “Não dá para fugir da velocidade de transformação pela qual estamos passando, e na minha opinião a ideia de empreender passa a ter que estar no DNA de todos nós. Quanto mais crescer o processo de disrupção pela tecnologia de ponta, teremos que perceber que empreender é a única saída. No Brasil

Foto: Bruno Martins



Felipe Asensi iniciou os debates

ainda há muita dificuldade para isso”, argumentou. Outras três palestras aconteceram no evento: *Novos nichos da advocacia e como aproveitá-los*, com o membro da CGJur Alan Maurano Savedra; *Conceito elevado na advocacia*, com o secretário da comissão, Luciano Lima; e *Empreendedorismo e “oceano azul” na advocacia*, com o presidente da CGJur. 

Comissão promove congresso sobre Direito Agrário

Foto: Lula Aparício



Rita Cortez destacou importância do tema

Na abertura do I Congresso Nacional de Direito Agrário, encontro que ocorreu dias 10 e 11 de agosto no auditório do Instituto dos Advogados do Brasil (IAB), a vice-presidente do IAB e presidente da Comissão de Direito Sindical da OAB/RJ, Rita Cortez, abordou a importância do debate sobre a matéria. “Trata-se da relação do homem com a terra. Os assuntos não poderiam ser mais atuais: agronegócio, quilombolas, guerras indígenas, enfim, uma temática bem próxima à agenda que já vem sendo debatida pela sociedade brasileira”. O congresso foi organizado pelas comissões de Direito Agrário (CDAgro) da OAB/RJ e do IAB.

O vice-presidente da Seccional, Ronaldo Cramer, participou da abertura, com o presidente da CDAgro, Frederico Price Grechi; o presidente da Sociedade Nacional de Agricultura, Antonio Alvarenga – filho de Octavio Mello Alvarenga, homenageado no congresso –; o secretário municipal de Urbanismo, Índio da Costa; o presidente da União Brasileira dos Agraristas Universitários (Ubau), Darcy Zibetti; o vice-presidente da Sociedade Rural Brasileira Francisco Godoy Bueno e o presidente da Associação de Juizes Federais do Rio de Janeiro e Espírito Santo (Ajuferjes), Fabricio Fernandes. 


Alexandra Cunha
advogados

- Tribunais na Europa
- Vistos para Europa e EUA
- Inscrição na Ordem dos Advogados em Portugal e Itália
- Nacionalidade portuguesa, italiana e espanhola

Brasil

Av. das Américas, nº 12.900
Bloco 3, sala 312B, Ala Canadá, Recreio
Rio de Janeiro, RJ, CEP.: 22.790-702
Tel.: 00 55 21 98131-0519 / 3596-4992
OAB/RJ, nº 110.628

Estados Unidos

P.O. Box 470002
Kissimmee, FL, 34747-0002, US
Tel.: 00 1 407 413-7408

Portugal

Av. da Boavista, nº 1.167, sala 7.1
Porto, 4100-130, Portugal
Tel.: 00 351 91841-8680 / 2260-90304
AO, nº 11.065P

ac@acunhaadv.com

Gomes de Sá: "aqui é a casa da cidadania"

Fotos: Lula Aparício

OAB/Rio Bonito comemora 30 anos com inauguração de nova sede

Em tarde de festa para a advocacia de Rio Bonito, foi inaugurada, no dia 25 de agosto, a nova sede da subseção local. Parte das comemorações pelo Mês da Advocacia, o evento também marcou os 30 anos de fundação da primeira representação da Ordem no município.

Mandatário da subseção, César Gomes de Sá comemorou a abertura do espaço e reafirmou a importância da OAB junto à população. "Aqui é a casa da cidadania. Inauguramos, hoje, um lugar de


resistência, uma área comunitária", disse durante seu discurso. A nova sede é mais funcional do que a anterior e também mais adequada ao crescimento da advocacia da região, que hoje conta com mais de 400 profissionais.

Além de um auditório com capacidade para 90 pessoas, a subseção possui escritório compartilhado e total infraestrutura para petição eletrônica, com computadores e impressoras multifuncionais.

Formaram a mesa do evento, também, o presidente da Comissão de Prerrogativas e tesoureiro da Seccional, Luciano Bandeira; o diretor do Departamento de Apoio às Subseções (DAS), Carlos André Pedrazzi; o vice-presidente da Caarj, Fred Mendes; o presidente da OAB/São Gonçalo, Eliano Enzo; e o vice-presidente da Subseção de Rio Bonito, Adelcir Machado, fundador e primeiro mandatário da Ordem local.

Luciano ressaltou a relevância dada ao interior pela atual gestão e destacou o fato de todos na mesa já terem presidido subseções – Fred Mendes comandou a da Leopoldina; Pedrazzi, a de Friburgo; e ele próprio, a da Barra da Tijuca.

Para Pedrazzi, a nova casa dos advogados de Rio Bonito, Tanguá e Silva Jardim deve representar uma maior aproximação com a população. "Continuaremos com nossa missão de contribuir com a cidadania", disse.

Prestigiaram o evento, ainda, o procurador-geral da Seccional, Fábio Nogueira e a presidente da Comissão OAB Mulher, Marisa Gaudio. 




Adelcir Machado

Uma subseção que mantém viva sua história

Formado em Direito no ano de 1971, Adelcir Machado pode ser considerado a história viva da OAB/Rio Bonito. Em conversa com a TRIBUNA, ele falou sobre a fundação da subseção, que completa 30 anos em 2017, e da qual foi o primeiro presidente. Atualmente, Adelcir ocupa o cargo de vice de César Gomes de Sá. "Empurrei muito carrinho de mão com entulho das obras de nossa primeira sede", lembrou. Tendo participado de diversas diretorias no decorrer desse tempo, Machado se disse emocionado por poder participar das comemorações. "É difícil este evento representar mais para alguém do que representa para mim. É como se fosse a festa de um filho", afirmou.

Reforçando o apreço pela história, foi inaugurado na nova casa o painel Mural da Advocacia, com fotos e minibiografias dos primeiros advogados da região. O trabalho é de autoria do pesquisador Dawson Nascimento da Silva.



Novos delegados
da Comissão de
Prerrogativas da
Subseção

Foto: Lúlia Aparício

Advogados lotam OAB/Méier em posse de delegados de prerrogativas

Cerca de 150 colegas lotaram a sede da OAB/Méier, na tarde do dia 4 de agosto, durante a cerimônia de entrega de carteiras para 86 delegados da Comissão de Prerrogativas da subseção. O tesoureiro da Seccional e presidente da Comissão de Prerrogativas da OAB/RJ, Luciano Bandeira, foi quem passou os documentos às mãos dos novos colegas.

O investimento na estrutura de atendimento aos colegas que militam na região foi destacado pelo presidente da subseção, Jorge Gomes Rodrigues. "Trabalhamos diariamente para melhorar. Temos uma sede reformada, promovemos cursos e palestras e, hoje, damos posse a todos esses delegados. O movimento de advogados que passam por aqui e utilizam nosso suporte vem aumentando sensivelmente", disse.

Antes de entregar as carteiras, Luciano aproveitou a ocasião para explicar aos colegas as bases do sistema estadual de prerrogativas, que tem como um dos pontos principais a integração das comissões sobre o tema de todas as subseções. Ele abordou a criação de uma procuradoria

exclusiva para cuidar de casos de desrespeito às prerrogativas, informou o telefone do plantão 24 horas, ressaltando a importância da atenção constante às violações de direitos, e apresentou o aplicativo para celulares *Prerrogativas mobile*, que permite denúncias de violação online, o acompanhamento dos procedimentos da comissão e o acesso às peças elaboradas.


Outro ponto levantado por Luciano foi a necessidade de ação imediata dos advogados ao terem seus direitos atingidos. Além dos canais citados anteriormente, os 212 pontos de atendimento da Ordem em todo o Rio foram ressaltados. "Só podemos agir ao sermos provocados pelos colegas. Temos mais locais de apoio do que o próprio governo do estado", lembrou.

"A estruturação foi o primeiro passo para darmos efetividade ao nosso trabalho, iniciado em 2016. Agora, a nossa luta será pela valorização da advocacia", acrescentou Luciano, destacando a união da classe como fundamental para atingir este objetivo. "Temos que cuidar uns dos outros, o desrespeito a um advogado deve incomodar todos. Nossa união deve come-

çar pela busca de igualdade. As mulheres já são mais de 50% dos inscritos, é preciso que elas, cada vez mais, ocupem cargos e participem dos processos decisórios", ressaltou.

O desgaste de várias categorias, inclusive a advocacia, junto à sociedade foi outro assunto abordado. Luciano salientou que "é urgente que a população retome a imagem que um dia teve de nossa categoria, que resgate a relevância de nossa atuação em diversos momentos marcantes da história de nosso país".

Compondo a mesa do evento, o vice-presidente da Caarj, Fred Mendes, saudou os novos delegados e falou sobre a importância do trabalho da comissão. "Vocês estão de parabéns, tenho certeza de que vão colaborar e cumprir com louvor a missão de defender as nossas prerrogativas", disse.

Finalizando a cerimônia, Luciano agradeceu o empenho de todos e afirmou que o ímpeto em trabalhar pela classe é um grande passo para a união dos advogados. "Vocês agora fazem ainda mais parte do sistema OAB", concluiu. 



Luciano Bandeira

Foto: Bruno Martins


Curso de prerrogativas vai a 16 subseções em setembro

O curso promovido pela Comissão de Prerrogativas da OAB/RJ chega, em setembro, a 16 subseções do estado. A maratona de aulas começa dia 11, com os colegas de Queimados e Seropédica, e termina no dia 26, em Angra dos Reis. Desde março, mais de 400 advogados já foram capacitados, considerando apenas o interior do estado.

Em todas as outras datas, serão realizados dois cursos por dia, sempre às 14h e às 18h. No dia 14 de setembro, a caravana estará em São João de Meriti e Duque de Caxias.

Na segunda metade do mês, dia 18, o curso chega aos colegas de Nova Iguaçu e Nilópolis. No dia 19, será a vez de Valença e Barra do Piraí, e 21, de Rio Claro e Mangaratiba. Em Paraíba do Sul e Três Rios, as aulas acontecem no dia 25. E, fechando setembro, dia 28, em Belford Roxo. Todas as lições são minis-

tradas por integrantes da Comissão de Prerrogativas da Seccional e têm como base a cartilha sobre o tema, que chega a sua segunda edição com dois novos capítulos, sobre os direitos da mulher advogada e mediação.

O tesoureiro da OAB/RJ e presidente da comissão, Luciano Bandeira, destaca a importância das visitas ao interior do estado. "É um processo de interiorização e de integração com o sistema único estadual de defesa. Vamos conseguir uma assimilação muito mais rápida", defende, considerando fundamental a adesão e divulgação dos colegas. "O primeiro defensor das prerrogativas deve ser o próprio advogado, por isso é fundamental o total conhecimento do que determina o Estatuto da Advocacia, com todas as garantias e orientações sobre como proceder em momentos de dificuldade", salienta. 

Curtas

Em Barra do Piraí, prêmio por boas práticas ambientais

A OAB/Barra do Piraí foi a única organização selecionada no 2º Concurso de Projetos de Boas Práticas Ambientais do Comitê Médio Paraíba do Sul, com a proposta *Áreas verdes e árvores na escola*. Idealizado em 2014 pela Comissão de Meio Ambiente da subseção, formada por Claudia Vilela e Roberto Nogueira, a iniciativa vem sendo desenvolvida nas escolas do município e conta com o reconhecimento da sociedade local. A premiação acontecerá no dia 14 de setembro.

Honorários de sucumbência no Méier

Valor da causa e honorários de sucumbência é o nome da palestra gratuita que Leonardi Santos Abreu ministrará na Subseção do Méier no dia 15 de setembro. O evento, com vagas limitadas, acontecerá das 15h às 18h. As inscrições devem ser feitas por meio do telefone (21) 2241-8786 ou pelo e-mail meier@oabRJ.org.br.

OAB/Leopoldina lança troca-troca de livros

Por sugestão de uma advogada, a OAB/Leopoldina lançou, no mês de agosto, a campanha *Troca-troca de livros*. Em espaço disponibilizado na subseção, os colegas podem pegar as obras que desejarem, deixando no lugar outra que já tenham lido ou que não queiram mais. A OAB/Leopoldina fica na Rua Leopoldina Rêgo, 542, em Olaria, e funciona das 10h às 18h.

OAB/Niterói facilita aquisição do cartão do idoso

Desde agosto, os advogados de Niterói com mais de 60 anos podem obter, na subseção, o Cartão do Idoso, usado para vagas reservadas nos estacionamentos da cidade. Os interessados devem entrar em contato com a Comissão de Apoio à Terceira Idade da OAB local, das 9h às 18h, na Sala das Comissões, localizada no 6º andar da sede da entidade. É necessário levar carteira de identidade, CPF e comprovante de residência no município. Informações pelos números (21) 3716-8922 e (21) 3716-8923.

Direito bancário, tributário, aposentadoria e Jecrim, temas de setembro e outubro

A Escola Superior de Advocacia (ESA) da OAB/RJ terá nos próximos meses uma intensa programação. O curso de *Direito Bancário* terá início em 19 de setembro, com aulas às terças-feiras, das 19h às 21h, até 5 de dezembro. O coordenador é Paulo Maximilian. Vários professores debaterão temas como as características dos contratos, o sigilo bancário, a regulação do Sistema Financeiro Nacional e mercados de capitais e investimentos, entre outros. O investimento é de R\$ 360, para um total de 24h/a.

O módulo II do curso de *Direito Tributário* também começa em 19 de setembro, e vai até 12 de dezembro. As aulas acontecem às terças e quintas-feiras, das 18h30 às 21h (total de 46h/a). Alunos inscritos ou que cursaram o módulo I terão 20% de desconto na inscrição. A coordenação ficará a cargo de Leonardo Gusmão, e o programa contém pontos como impostos federais, estaduais, municí-

pais, contribuições sociais, previdenciária, entre outros. O investimento é de R\$ 300 para advogados e R\$ 250 para estagiários.


O mês de outubro terá quatro temas de disciplinas. A turma de *Fusões e aquisições* começa no dia 9, com aulas às segundas e quartas-feiras, das 18h30 às 21h30, até 11 de dezembro (45h/a). O valor é de R\$ 500 (duas parcelas de R\$ 250). O responsável pela coordenação é Joaquim Muniz. No programa, itens como contratos preliminares, técnicas de negociação em fusões e aquisições, aspectos societários da aquisição de companhias abertas, entre outros.

Execução penal será o tema do curso que inicia em 10 de outubro, com aulas às terças-feiras das 18h às 21h, totalizando 12h/a, com investimento de R\$ 200. O encerramento será dia 31 de outubro. A coordenação é de Diogo Mentor e a professora será Flávia Fróes.

O curso prático sobre aposentadorias

será ministrado por Gabriel Tinoco Palatinic, nos dias 18 e 19 de outubro, quarta e quinta-feira, das 9h30 às 12h30 (6h/a no total). As lições abordarão todas as nuances relacionadas às aposentadorias por idade, por tempo de contribuição e especial, além de analisar telas dos sistemas do INSS e fazer estudos de casos, para melhor compreensão da matéria. O valor é de R\$ 180.

Encerrando o mês, o curso sobre *Juizados especiais criminais*, cujo valor do investimento é de R\$ 150, acontecerá nos dias 20 e 27 de outubro, duas sextas-feiras, das 18h às 21h (total de 6h/a). Diogo Mentor coordena a atividade e Marcos Crissiuma é o professor.

As inscrições para todas as turmas devem ser feitas pelo site da OAB/RJ, no espaço da escola: www.oabrj.org.br/programacao-esa.html. As aulas acontecem na sede: Av. Marechal Câmara, 150, 2º andar. Mais informações pelo telefone (21) 2272-2097 ou por email: esa@oabrj.org.br. 

CLASSITRIBUNA

ESCRITÓRIO VIRTUAL

Advogados, tenham já seu escritório no melhor endereço do Centro do Rio, a partir de R\$ 175,00.
Escritórios com total infra-estrutura, atendimento telefônico com transmissão de recados, endereçamento comercial, salas de atendimento e reunião com ramal telefônico, internet, fax e impressões.
Av. Rio Branco, 181. Venha conhecer nossas instalações!
site: www.atrjumoffices.com.br
Tel: (21) 2292.8488 / 2544.2866

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Elaboração de Plano de Recuperação Judicial e de Parecer Técnico Sobre Planos de Recuperação Judicial.
Gestor Judicial, Auditoria de Condomínios, Auditoria de Fraudes.
Apuração de Haveres. Parecer Técnico/Assistência Técnica em processos.
www.profaetanoandrade.com.br
tel. 21 – 22159822/ 984529822

CÁLCULOS JUDICIAIS

Elaboramos Cálculos Trabalhistas, Sistema Financeiro da Habitação, Cheque Especial, Empréstimos, Cartão de Crédito, Prestação de Contas, Leasing e CDC de Automóveis.
Trabalhamos via Online (PJE).
Tels: (21) 2210-5209 - 2220-1178
Cel/WhatsApp: (21) 98458-2701
E-mail: pontafcalculosjudiciais@gmail.com
Website: www.pontafcalculosjudiciais.com.br

ALUGO BOX INDIVIDUAL

Escritório no centro do RJ
Av. Presidente Vargas, 633
Independência, mobiliário e chaves.
R\$300,00 + LUZ
Ver e tratar com
Elizabeth:
2507-1122 ou 98749-6323

ESCRITÓRIO CORRESPONDENTE E CÁLCULOS JUDICIAIS

Apoio na Capital e Grande Rio, Audiências Cíveis e trabalhistas; Protocolo de Petições e Recursos; Compartilhamento de Escritório; Cálculos Judiciais, Cíveis e Trabalhistas, Iniciais e Liquidação de Sentença; Embargos à Execução e Impugnações; Orientação Técnica para elaboração de peças; Expedição de GRERJ; Administração de Imóveis (taxa especial para advogados).
Dr. JORGE RODRIGUES
(21) 2502-3016, (21) 97119-9396
jorge@adv.oabrj.org.br

GRERJ PRONTO!

Recolha custas sem errar. Confira sua GRERJ antes de pagar no BRADESCO.
Serviço prestado por apenas R\$ 10,00.
Também fazemos a GRERJ e outras guias. Consulte nossos preços. Peça e receba por e-mail. cesar@grerjpronto.com
Ou, ligue (21) 2743-8363 (Teresópolis/RJ)

ALUGUEL DE IMÓVEL SEM FIADOR

Use título de capitalização como garantia em locações sem limites de valor. É rápido, sem constrangimentos e sem burocracias.
Ao final do contrato, o inquilino ainda pode ter de volta o valor do título atualizado pela TR.
TELS: (21) 98497-3713 ou 98872-0608
5S@5Scoretora.com.br

Anuncie no Classitribuna

Atinja mais de 110 mil advogados

Pequenos anúncios agora têm espaço garantido na Tribuna do Advogado, com máximo de 50 palavras em módulos de 3 cm por 4,5 cm. Saiba mais sobre os espaços publicitários e os planos de mídia que o veículo oferece.

Atendimento Comercial – Gestão de Negócios

Tels: (21) 2245-8660 / 2556-8898

publicidade@gestaodenegocios.com.br

ORDEN DOS ADVOGADOS DO BRASIL

Seção do Estado do Rio de Janeiro (Triênio 2016/2018)

DIRETORIA DA SECCIONAL

Presidente

Felipe de Santa Cruz Oliveira
Scaletsky

Vice-presidente

Ronaldo Eduardo Cramer Veiga

Secretário-geral

Marcus Vinicius Cordeiro

Secretária adjunta

Ana Amelia Menna Barreto de
Castro Ferreira

Tesoureiro

Luciano Bandeira Arantes

DIRETORIA DA CAARJ

Presidente

Marcello Augusto Lima de Oliveira

Vice-presidente

Frederico França Morgado Ferreira
Mendes

Secretária-geral

Naide Marinho da Costa

Secretária-adjunta

Marisa Chaves Gaudio

Tesoureiro

Renan Aguiar

Suplentes

Adilza de Carvalho Nunes
Ana Carolina Lima da Costa
Nara da Rocha Saraiva

CONSELHEIROS EFETIVOS

Alexandre Freitas de Albuquerque
Alfredo Hilário de Souza
Antonio Ricardo Correa da Silva
Antonio Vanderler de Lima Junior
Armando Cesar de Araujo Pereira
Burlamaqui
Armando Silva de Souza
Amon Velmovitsky
Ary Litman Bergher
Berith José Citro Lourenço
Marques Santana
Bernardo Pereira de Castro
Moreira Garcia
Breno Melaragno Costa
Bruno Teixeira Dubeux
Carlos Alberto Menezes Direito
Filho
Carlos André Rodrigues Pedrazzi
Carlos Eduardo de Campos
Machado
Carlos Henrique de Carvalho
Clarissa Costa Carvalho
Daniela Galvão da Silva Rego
Abduche
Déa Rita Matozinhos Oliveira
Deivis Marcon Antunes
Eduardo Abreu Biondi
Eduardo Antônio Kalache
Eduardo Maneira
Eduardo Valença Freitas
Fábio Nogueira Fernandes
Fernanda Lara Tórtima
Fernando Orotavo Lopes da Silva
Neto
Flávio Antonio Esteves Galdino
Flávio Villela Ahmed

Gabriel Francisco Leonardos
Geraldo Antonio Crespo Beyruth
Gilberto Fraga
Guilherme de Castro Gouvêa
Guilherme Guerra D'Arriaga
Schmidt
Gustavo André Muller Brigagão
Jansens Calil Siqueira
João Augusto Basílio
João Pedro Chaves Valladares
Pádua
Jonas Gondim do Espírito Santo
José Pinto Soares de Andrade
Jonas Oberberg Ferraz
José Ricardo Pereira Lira
Juliana Hoppner Bumachar
Schmidt
Juliana Vilela Oliveira
Leonardo Pietro Antonelli
Leonardo Rzezinski
Maira Costa Fernandes
Marcela Lima Rocha Cintra Vidal
Marcelo Cury Atherino
Marcelo Dickstein
Marcelo Feijó Chalméo
Marcio Vieira Souto Costa Ferreira
Marcos Bruno
Marcos Luiz Oliveira de Souza
Maria Alicia Lima Peralta
Marta Cristina de Faria Alves
Maurício Pereira Faro
Murilo Cezar Reis Baptista
Paulo Cesar Salomão Filho
Paulo Renato Vilhena Pereira
Rachel Louise Braga Delmás Leoni
Lopes de Oliveira
Ranieri Mazzilli Neto
Raquel Pereira de Castro Araujo
Ricardo Loretto Henri
Rita de Cássia Sant'anna Cortez
Roberto Monteiro Soares
Rodrigo Ayres Martins de Oliveira
Romualdo Mendes de Freitas Filho
Samantha Pelajo
Sérgio de Oliveira Carpi
Tulio Claudio Ideses
Vânia Siciliano Aieta
Waldir Nilo Passos Filho
Wanderley Rebello de Oliveira
Filho
Yuri Saramago Sahione de Araujo
Pugliese

CONSELHEIROS SUPLENTES

Aderson Bussinger Carvalho
Ana Beatriz Bastos Seraphim
Ana Gabriela Burlamaqui de
Carvalho Vianna
Ana Paula Santoro Pires de
Carvalho Almeida
Anderson Elisio Chalita de Souza
André Andrade Víz
André Porto Romero
Andréa Cristina Ventura dos
Santos
Camila Freitas Ribeiro
Carla Goes Lopes Anjo
Carolina Pedermeiras Lopes

Carolyne Albernard Gomes
Claudio da Fonseca Vieira
Daniel Corrêa Homem de
Carvalho
Daniel Duque Marques dos Reis
Denise Kahl Stuart Beck
Diogo Campos Medina Maia
Diogo Tebet da Cruz
Douglas Blaichman
Eduardo de Souza Gouvea
Elen Marques Souto
Estela Aranha
Fabio Luiz Ferreira
Fabio Perrone Campos Mello
Fábio Pimentel de Carvalho
Fernando Jorge Cassar
Filipe Orlando Danan Saraiva
Frederico Chalhoub e Silva
Godofredo Mendes Vianna
Igor Muniz
Jefferson de Faria Soares
João Pedro Eyler Póvoa
Joaquim Tavares de Paiva Muniz
Job Eloisio Vieira Gomes
José Ademar Arrais Rosal Filho
José Agripino da Silva Oliveira
José Teixeira Fernandes
Luciana André Levy
Luciano Barros Rodrigues Gago
Luciano Gouvêa Vieira
Luiz Américo de Paula Chaves
Luiz André de Barros Vasserstein
Luiz Felipe Conde
Luiz Paulo Pierucetti Marques
Manoel Messias Peixinho
Mara de Fátima Hofans
Marcelo Jucá Barros
Marcia Cristina dos Santos Braz
Márcia Dinis
Maria de Fatima Ribeiro Cabo
Maria Luiza de Luna Borges
Saraiva
Mariana Freitas de Souza
Monica Alexandre Santos
Monica Prudente Giglio
Monica Soares Barbosa
Olavo Ferreira Leite Neto
Paula de Oliveira Marinho Alves
de Menezes
Paula Heleno Vergueiro
Paulo Henrique Teles Fagundes
Paulo Parente Marques Mendes
Rafael Caetano Borges
Raphael Montenegro Hirschfeld
Regina Celia Coutinho Pereira Real
Renato Neves Tonini
Reynaldo Soares Velloso
Rilley Alves Werneck
Roberto Ferreira de Andrade
Rodrigo Etienne Romeu Ribeiro
Rogerio Carlos Pedrosa Travassos
Sandra Cristina Machado
Sergio Luiz Pinheiro Sant'anna
Silvestre de Almeida Teixeira
Solange Ferreira de Moura
Sonia Maria Alves Costeira
Sonia Regina Dias Martins
Sydney Limeira Sanches

Thaís Xavier Chaves
Wilson Fernandes Pimentel

CONSELHEIROS FEDERAIS

Carlos Roberto de Siqueira Castro
Luiz Gustavo Antônio Silva Bichara
Sérgio Eduardo Fisher

CONSELHEIROS FEDERAIS SUPLENTES

Flávio Diz Zweiter
Marcelo Fontes
José Roberto de Albuquerque
Sampaio

MEMBROS HONORÁRIOS

VITALÍCIOS

Waldemar Zweiter
Ellis Hermydio Figueira
Cesar Augusto Gonçalves Pereira
Nilo Batista
Sergio Zweiter
Octavio Gomes
Wadiah Nemer Damous Filho

PRESIDENTES DE SUBSEÇÕES

Nova Iguaçu - Jorge Jose Feitosa
Rosenberg
Duque De Caxias - Wagner Sant'
Ana da Cunha
Petrópolis - Marcelo Gouvea
Schaefer
Barra Mansa - Noe Nascimento
Garcez
Volta Redonda - Alex Martins
Rodrigues
Barra Do Pirai - Christopher
Almada Guimaraes Taranto
Valença - Fabio dos Anjos Souza
Batista
São Gonçalo - Eliano Enzo da Silva
Nova Friburgo - Monica Thereza
Bonin Leal
Miracema - Hanry Felix El-Khouri
Itaperuna - Zilmar Jose Pires Junior
Campos - Humberto Samyn Nobre
Oliveira
Teresópolis - Rodrigo Ferreira da
Cunha
Três Rios - Sergio de Souza
Macacé - Fabiano Lima Paschoal
de Souza
Niterói - Antonio Jose Maria
Barbosa da Silva
Bom Jesus do Itabapoana -
Gilberto Cardoso de Matos
Resende - Samuel Moreira
Carreiro
São João de Meriti - Julia Vera de
Carvalho Santos
Cabo Frio - Eisenhower Dias
Mariano
Angra Dos Reis - Luis Carlos
Jordão Elias
Magé - Renato Silva de Siqueira
Itaguaí - Arthur Fraga Oggioni
Nilópolis - Celso Gonçalves
Itaboraí - Jocivaldo Lopes da Silva

Cantagalo - Pedro Rogerio da
Silva Alves

Vassouras - Vivian Machado da
Rocha Sabença Dias

Araruama - Rosana da Conceição
Jardim Pinaud

Campo Grande - Mauro Pereira
dos Santos

Santa Cruz - Paulo dos Santos
Freitas

Bangu - Ronaldo Bittencourt Barros
Madureira/Jacarepaguá - Remi
Martins Ribeiro

Ilha do Governador - Luiz Carlos
Varanda dos Santos

São Fidélis - Rodrigo Stellet Gentil

Rio Bonito - César Gomes de Sá

Paraíba do Sul - Eduardo Langoni
de Oliveira

Santo Antônio De Pádua - Aduino
Furlani Soares

Maricá - Amilar Jose Dutra da Silva
Paracambi - Marcelo Hiroshi
Kossuga

Paraty - Marco Antonio Costa
Franchá

Miguel Pereira - Pedro Paulo Sad
Coelho

Pirai - Gustavo de Abreu Santos

Rio Claro - Adriana Aparecida
Martins Moreira

Itaocara - Fernando Jose Marron
da Rocha

Cordeiro - Wilson Vieitas Braga

Cambuá - Alex Correa Lopes

Bittencourt
Mendes - Paulo Afonso Loyola
Costa

São Pedro Da Aldeia - Júlio Cesar
dos Santos Pereira

Cachoeiras de Macacu - Marcelo
Araujo

Mangaratiba - Ilson de Carvalho
Ribeiro

Saquyrama - Miguel Saraiva de
Souza

Rio das Ostras - Norma Teresa Pinto
de Sá Ferreira

Belford Roxo - Abelardo Medeiros
Tenorio

Queimados - José Bôfim Lourenço
Alves

Méier - Jorge Gomes Rodrigues

Porciúncula - Fernando dos Santos
Volpato

Barra Da Tijuca - Claudio Carneiro
Bezerra Pinto Coelho

Leopoldina - Talita Menezes do
Nascimento

Seropédica - Jucimar de Almeida
Silva

Pavuna - Maria de Fatima Lira
Monteiro Figueiredo

Búzios - Márcio José Teixeira
de Sá

Iguaba Grande - Margoth Cardoso

Casimiro de Abreu - Naildo Borges
Macabu

Pesquisa da Caarj mostra quadro de saúde preocupante entre advogados

Após analisar 32 mil atendimentos realizados pelo Eixo Vida desde 2013, a Caarj constatou uma assustadora realidade envolvendo o estado de saúde dos advogados: 33% têm pressão alta, índice acima da média nacional, 25,7% da população, segundo dados do Ministério da Saúde. "O que descobrimos foi um quadro preocupante, que se reflete no ânimo do advogado para o trabalho", afirma o presidente da Caarj, Marcello Oliveira.

A pesquisa foi feita com base nos procedimentos registrados pelo Eixo Vida durante o projeto *Prevenção itinerante* e nas campanhas *Paletó no verão, não!* e de vacinação contra a gripe. Os números revelaram situações inusitadas: 25% dos advogados que relataram não ter problemas de pressão arterial apresentaram níveis altos durante seu exame.

Também foram avaliados índices como glicemia e taxa de sobrepeso, em que se constatou que 47% das mulheres e 48% dos homens apresentaram taxa de glicose alterada e que 77% dos colegas e 57% das colegas estão acima do peso. De acordo com o médico perito da Caarj, Hilton Duarte, que analisou os dados da pesquisa, a rotina da advocacia colabora para os quadros verificados. "O nível elevado de estresse devido às

pressões e cobranças de quem está inserido no mercado vem desencadeando uma série de doenças e complicações físicas e psicológicas. A competitividade, somada ao sedentarismo e à má alimentação, compõem uma fórmula que pode prejudicar, e muito, a carreira de vários profissionais", alerta.

De acordo com Marcello, a pesquisa ajudou a deixar claro que é necessário investir na prevenção de doenças, como a Caixa vem fazendo ao longo dos anos. "Os números mostram que estamos no caminho necessário para oferecer aos colegas possibilidades concretas de se evitar doenças, com a prática de atividades físicas e atividades preventivas de saúde. Quando levamos o Eixo Vida para os fóruns, com a aferição de pressão e a verificação de índices de glicose, estamos alertando para a importância de se manter os exames periódicos em dia. Da mesma maneira, ao investirmos nas atividades de estímulo aos exercícios físicos, como no Eixo Bem-Estar, estamos mostrando que atividade física é fundamental para manter a saúde", pontua.

Mudança de vida

Vice-presidente da OAB/Nova Iguaçu, Hilário Franklin resolveu mudar os hábitos após passar por uma ação da



Fotos: Flávia Freitas

Caarj, realizada pelo Eixo Vida, no Fórum da Pavuna. "Verifiquei minha glicose e ela estava em patamares altíssimos. Levei um susto", lembra. A visita, feita em outubro de 2016, acendeu o sinal amarelo para o colega, que procurou ajuda médica. "Passei a me cuidar melhor. Hoje tenho acompanhamento médico, pratico jiu-jitsu no núcleo da Caarj na sede da nossa subseção e participo da Tenda Bem-Estar em Madureira", comemora Hilário, que de lá para cá já perdeu mais de 50 quilos: "Não podemos brincar com a saúde".

Campanha arrecada mais de 800 frascos para doação de leite materno

Pelo terceiro ano consecutivo, a Caarj participou da campanha do *Laço dourado*, um esforço associado ao estímulo à amamentação promovido mundialmente pela World Alliance for Breastfeeding Action (Waba). Durante todo o mês de agosto, a Caixa manteve uma tenda em frente à portaria da instituição para recolhimento de frascos de vidro, usados para doação de leite materno, e conseguiu mais de 860 recipientes, que foram entregues ao Instituto Fernandes Figueira, centro de referência nacional que realiza cerca de mil atendimentos por mês.

Em 28 de agosto, a secretária-geral da Caarj e diretora do Eixo Social,



Equipe do Eixo Social faz entrega dos potes

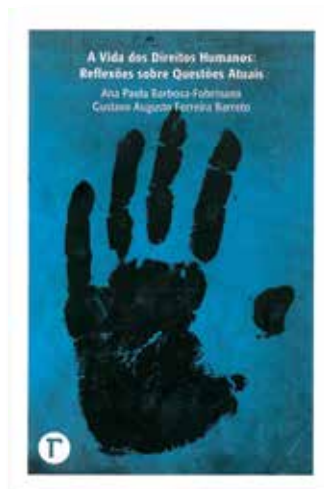
Naide Marinho, entregou os potes de vidro durante um encontro interno da instituição. O evento reuniu médicos, alunos da área da saúde e funcionários do instituto, com o tema *Amamentar. Ninguém pode fazer por você. Todos podem fazer juntos com você*. "É uma campanha da qual não poderíamos ficar de fora. Estamos há três anos fazendo o Curso de Casais Grávidos e estimulando a questão da amamentação", lembrou Naide.

A decisão de ajudar o Banco de Leite Humano, através do Instituto Fernandes Figueira, se deu pelo alcance social da entidade e a participação da Caarj nesta iniciativa mundial reforça o caráter solidário da instituição, que promove diversas ações de cunho social.



Temas de Direito Público

A obra pretende compilar alguns estudos que o autor, Flávio de Araújo Willeman, produziu nos últimos anos, fruto de reflexões sobre questões que envolvem o Direito Público, com foco em estudos de Direito Constitucional e Administrativo. No livro são tratados temas diversos, como a prescrição para execução fiscal de crédito não tributário decorrente do exercício da polícia administrativa; os contornos da responsabilidade civil pública à luz da Constituição Federal e do Código Civil vigente e a imposição de restrições e condicionamentos à realização de visitas íntimas em presídios. Segundo o autor, muitos dos textos tiveram origem em casos práticos enfrentados quando atuou como procurador do Estado do Rio de Janeiro e na advocacia privada. Da Lumen Juris. Mais informações em www.lumenjuris.com.br.



A vida dos direitos humanos: reflexões sobre questões atuais

A coletânea, organizada pelos professores da Faculdade Nacional de Direito da UFRJ Ana Paula Barbosa-Fohrmann e Gustavo Augusto Ferreira Barreto, procura afastar a noção de que os direitos humanos são mera abstração intelectual sem nenhuma efetividade. Os autores e coordenadores defendem que esses direitos pulsam como um organismo vivo, nascem de ideias de igualdade, liberdade e fraternidade, e florescem na luta cotidiana de conquista e defesa de seu espaço. A obra reúne artigos que procuram confrontar esses ideais com problemas atuais, como os da exclusão social de minorias, do terrorismo, da invasão da privacidade, de novas tecnologias, entre outros. Da Gramma Livraria e Editora. Mais informações no site www.gramma.com.br.



Meio ambiente e mudanças climáticas

A obra de Priscila Neves Maciel Monteiro de Oliveira aborda a questão fática e jurídica do desenvolvimento internacional do meio ambiente e das questões climáticas advindas de atividades antrópicas além do limite que a biosfera pode suportar. A autora apresenta um quadro panorâmico da evolução e da atual situação das normas e acordos relacionados com questões ambientais e climáticas e analisa os pactos globais, colocando em evidência as normas brasileiras. Da Editora e-Papers. Mais informações no site www.e-papers.com.br.



Medidas de segurança e periculosidade – Aspectos jurídicos, médicos e psicológicos

A obra de José Elias Gabriel Neto e Luciano André Losekann trata das intersecções existentes entre Direito e medicina na disputa pelo conceito de periculosidade. A definição atual, forjada no Século 19, ainda influencia as decisões dos profissionais de saúde e operadores do Direito que lidam com pessoas com transtornos mentais em conflito com a lei, o que causa instabilidade quanto à aplicação de medidas de segurança. No livro, os autores mostram um arcabouço normativo de práticas humanizadas e garantidoras de direitos no tratamento de pacientes judiciários, que superam a visão estreita que o conceito de periculosidade delinea. Da editora Sergio Antonio Fabris. Mais informações em <http://www.fabriseditor.com.br/>.



Processo tributário: teoria e prática

A 15ª edição da obra de Vittorio Cassone, Júlio César Rossi e Maria Eugenia Teixeira Cassone, além de ter tido alguns capítulos reordenados, foi atualizada em face do novo Código de Processo Civil. O livro procura fornecer elementos para uma sólida formação acadêmica, com os aspectos básicos dos processos administrativos e judicial tributários. Para tanto, foram examinados as disposições que a Constituição Federal reserva a tais processos, o Código Tributário Nacional e algumas leis ordinárias e normas infralegais pertinentes à matéria. Da Editora Atlas, Grupo Gen. Mais informações no site www.grupogen.com.br.

Livro decabeceira



Ricardo Menezes*

A arte da guerra

O livro *A arte da guerra*, de Sun Tzu e Sun Pin, é um clássico chinês escrito 400 anos antes de Cristo e que é reconhecido como o mais antigo tratado militar do mundo. Sun Tzu e seu descendente Sun Pin foram filósofos chineses que refletiram profundamente sobre a arte do combate. Ao tentarmos enxergar além do óbvio, podemos perceber os fortes ensinamentos de estratégia e liderança que torna essa obra absolutamente atual. O livro traz muitos ensinamentos que considero importantes, mas vou destacar aqui duas citações que me chamaram a atenção. São elas: "Se você conhece o inimigo e conhece a si mesmo, não precisa temer o resultado de cem batalhas" e "O verdadeiro objetivo da guerra é a paz". Ao trazer esses ensinamentos para os dias de hoje, enxergo preceitos do uso da inteligência e da estratégia para vencer na vida nos seus vários aspectos, objetivando não a guerra, mas a paz, pois acredito que até o vencedor sofre perdas por vezes irreparáveis.

*Advogado

Ebooks

Temas de Direito da Comunicação na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal



A obra de Ericson M. Scorsim apresenta casos relevantes dos setores de telecomunicações, internet, televisão e radiodifusão, TV por assinatura e imprensa dos últimos 30 anos. O livro também aborda os fundamentos constitucionais adotados nas decisões dos ministros do STF e apresenta análises do autor com propostas de revisão da jurisprudência, quando necessárias. A obra analisa, entre outros, o caso do bloqueio judicial do Whatsapp no contexto da interpretação constitucional do Marco Civil da Internet. Venda exclusiva no site da Amazon. <https://goo.gl/qeqo4T>



Mandado de segurança – da teoria à prática



O livro propõe um estudo sobre o mandado de segurança, contextualizando, além da evolução histórica, suas repercussões diante do novo Código de Processo Civil. A organização da obra segue uma divisão metodológica coerente com a Constituição Federal e

a Lei 12.016/09, que a transforma em um didático roteiro de estudo e elaboração de peças práticas, que também, por sinal, fazem parte dela. De autoria de Sérgio Henrique Salvador e Roger Vieira Feichas, também disponível em versão física. Da LTR. Mais informações e vendas pelo link: <https://goo.gl/F2oYHm>





Peças com descontos de até 50% nos parceiros do Caarj Cultural

Em setembro, o *Caarj Cultural*, programa que oferece descontos para advogados e familiares em peças de teatro, traz três opções para os colegas.

Após ler a obra *Um pai* (*Un père – puzzle*, no original), a atriz Ana Beatriz Nogueira decidiu levar para os palcos o depoimento comovente de Sybille Lacan, filha do famoso psicanalista francês Jacques Lacan. Ana Beatriz interpreta a própria Sybille no monólogo que é dirigido por Vera Holtz e Guilherme Leme. Como um quebra-cabeça, o texto fragmentado expõe as memórias de uma relação entre pai e filha. São lembranças, alegres e tristes, de diferentes momen-



Ana Beatriz Nogueira, em *Um pai*

Foto: Marcelo Correa

tos da vida da escritora. A peça estreia em 7 de setembro, no Teatro Maison de France. Com a apresentação da carteira da OAB na bilheteria do teatro, advogados e estagiários de Direito têm 30% de desconto. O espetáculo fica em cartaz às sextas e aos sábados, às 20h, e aos domingos, às 19h. A curta temporada vai até 18 de outubro.

Já a peça *Não queimem nossos soutiens* traz os anseios, questionamentos e frustrações da mulher moderna em uma montagem ágil dirigida por Claudio Torres Gonzaga e escrita por Ana Bugarim, que divide os palcos com Carla Daniel, Katia Moraes e Miguel Rômulo. Em um bate-papo descontraído, as amigas Chris e Malu discutem e vivenciam questões femininas como sexualidade, tabus e romantismo. Enquanto Malu é mãe e independente, Chris é casada, submissa e bastante frustrada com a vida. Durante o bate-papo, aparece a ativista dos anos 60 Betty Friedan, autora do livro *Mística feminina*, que se revela inconformada com a dependência emocional dessas mulheres e faz o contraponto com a plateia ao questionar, de maneira irônica e debochada, os seus posicionamentos. O espetáculo está em cartaz no Teatro Vanucci, no Shopping da Gávea, até 26 de setembro, toda segunda e terça, às 20h. Advogados e estagiários de Direito têm desconto de 50%.

Já no Teatro das Artes, também no Shopping da Gávea, está em cartaz o espetáculo *Minha vida em Marte*, continuação de *Os homens são de Marte...*, com texto e interpretação de Mônica Martelli e direção de Susana Garcia. A personagem Fernanda está casada há oito anos com Tom, com quem teve Joana, uma filha de cinco anos. Nas sessões de terapia ela narra e vivencia as alegrias e problemas do casamento. A peça toca, ainda, em temas como traição, machismo, trabalho duplo da mulher e educação dos filhos. Advogados e estagiários têm 30% de desconto mediante a apresentação da carteira da OAB na bilheteria do teatro. O espetáculo está em cartaz às sextas e aos



Mônica Martelli, em *Minha vida em Marte*

Foto: Guga Meigar

sábados, às 21h, e aos domingos, às 20h, até 28 de outubro.

Serviço

● Teatro Maison de France

Avenida Presidente Antonio Carlos, 58, Centro – Rio de Janeiro
Telefone: (21) 3974-6644

Um pai – puzzle

Desconto de 50%
Sextas e sábados, às 20h, e aos domingos, às 19h
Até 18 de outubro

● Teatro Vanucci

Rua Marquês de São Vicente, 52 - Shopping da Gávea - 3º piso -- Rio de Janeiro
Telefone: (21) 2274-7246

Não queimem nossos soutiens!

Segundas e terças, às 20h
Até 26 de setembro

● Teatro das Artes

Endereço: Rua Marquês de São Vicente, 52 – Shopping da Gávea – Rio de Janeiro
Telefone: (21) 2540-6004

Minha vida em Marte

Sextas e sábados, às 21h, e domingos, às 20h
Até 28 de outubro



Centro Cultural Correios recebe duas exposições com a temática *corpo*

Resultado de pesquisa teórica e prática desenvolvida na graduação em Pintura da Escola de Belas Artes (EBA) da UFRJ, a exposição coletiva *O corpo como poética na pintura contemporânea* mostra parte da produção de 16 artistas, entre eles docentes, discentes e graduados, que exibem trabalhos onde a linguagem pictórica está conectada à poética “corpo” em abordagens diversas.

Cada artista direciona seus trabalhos de forma independente e original, mas segue uma mesma metodologia, que alia a análise semiótica da imagem à produção imagética, um campo híbrido entre as linguagens fotográfica e pictórica. Assim, como resultado, a exposição é uma produção plural, com abordagens estéticas diversas, desenvolvidas de modo a contemplar pesquisas individuais que se costuram a partir da pesquisa em grupo, da linguagem da pintura e da representação do corpo.

Em *Corpo e alma*, o corpo se relaciona com os sentimentos. O artista Vinício Horta usou o trecho do poema *A arte de amar*, de Manuel Bandeira, que diz: “Deixa o teu corpo entender-se com outro corpo, porque os corpos se entendem, mas as almas não” para compor a exposição. As obras são inspiradas pelos caminhos, encruzilhadas e curvas do corpo humano. São pinturas em acrílica, de tamanhos diversos, todas realizadas em Londres, onde o artista reside desde 1977.

A temática de relacionamento e sensualidade humana é uma constante em seu trabalho. O universo pictórico de Vinício Horta envolve encontros e desencontros, nos quais desejo, temor, restrições e misteriosas promessas de amor são envoltas num clima ambíguo de prazer e dor, exibicionismo e até mesmo, de humor. Em suma, o artista traz à tona, sensações e emoções que são os elementos básicos e essenciais da tragicomédia da existência humana.

É possível visitar as duas exposições até 22 de outubro de 2017, de terça-feira a domingo, das 12 às 19h. O Centro Cultural Correios fica na Rua Visconde de Itaboraí, 20 – Centro – Rio de Janeiro. Mais informações pelo telefone: (21) 2253-1580. A entrada é gratuita.

DICA DO MÊS

Em *Caravanas*, Chico Buarque alia a reconhecida qualidade do letrista à sofisticação melódica

MARCELO MOUTINHO

Depois do hiato de seis anos, a expectativa quanto ao novo disco de Chico Buarque era naturalmente alta. Basta uma primeira audição das nove faixas que compõem *Caravanas* para constatar, no entanto, que valeu a espera. O CD recém-lançado pela Biscoito Fino traz um artista em pleno domínio de sua arte. Nas canções compostas sem parceiros ou assinadas a quatro mãos com craques como Cristovão Bastos e Jorge Helder, Chico alia a reconhecida excelência do letrista a melodias extremamente sofisticadas.

É o caso, por exemplo, de *Jogo de bola*. “Vivas à galera, viva às / marias-chuteira / Cujos corações incandesciam / Outrora, quando em priscas era / Um Puskás eras / A fera das feras da esfera”, dizem os versos, lançando mão de aliterações e assonâncias ao demarcar a diferença entre duas épocas.

Em *Massarandupió*, parceria com Chico Brown, o compositor evoca a paisagem à beira-mar onde o menino, frente ao xuí das ondas que se repete de modo incessante, roga: “Ô mãe, pergunte ao pai / Quando ele vai soltar a minha mão / Onde é que o chão acaba / E principia toda a arrebentação”. O mundo de dentro e o mundo de fora espelhados no desamparo.

O disco conta ainda com duas regravações. A belíssima *A moça do sonho*, escrita originalmente para o musical *Cambaio*, e *Dueto*, que Chico compôs em 1980 e interpretou então, a duas vozes, com Nara Leão. Dessa vez, o gracioso duo é com a neta Clara Buarque. E o clima afetivo do registro se confirma ao fim da letra, quando a dupla arrisca um improviso que atualiza a canção. Após os autos, as bulas, os signos, os orixás, vêm o

“Face”, o Twitter, o Skype, o Tinder.

A música que empresta o título ao CD é a mesma que o encerra. *As caravanas* – na canção, há esse artigo “as” que tanto sugere, ao indicar precisão sobre o sujeito de quem se fala – pode ser incluída desde já entre as grandes composições brasileiras do século. Nela, Chico trata de nossa cisão social – e de racismo.

“A caravana do Irajá, / o comboio da Penha / Não há barreira que retenha / esses estranhos / Suburbanos tipo mulçumanos / do Jacarezinho / A caminho do Jardim de Alá”, e os versos aproximam margens tão distantes (e tão próximas) como a população da periferia carioca e os refugiados da África, estabelecendo pontes entre a Maré e Benguela, entre a prisão e o porão das caravelas. O olhar enviesado com relação ao outro, àquele que afronta a “gente ordeira e virtuosa” ao adentrar os limites da “real grandeza”, redundando na premissa expressa na estrofe final, que anuncia sem mais rodeios o “remédio”: “Tem que bater / tem que matar, / engrossa a gritaria”. Então a rima se completa: “Filha do medo, a raiva é mãe da covardia”. Uma poderosa síntese do moto-contínuo da segregação.



Foto: Divulgação



Foto: Bruno Martins

Sydney Sanches, presidente da Comissão de Direitos Autorais, Direitos Imateriais e Entretenimento da OAB/RJ

Jurista: José Gomes Canotilho
Livro: *On the road*, de Jack Kerouac, e a obra de José Saramago

Lugar: Paris

Filme: *Casablanca*

Time: Fluminense

Cantor/ Cantora: Caetano Veloso/Elis Regina

Ator/Atriz: Jack Nicholson/Ingrid Bergman

Mito: Pablo Picasso

Esporte: Hipismo

Hobby: Prestigiar o vinho

Prato favorito: Uma fruta, manga

Programa de TV: Canais de esporte

Música: *Canção da América*, para sempre lembrar do autor e meu amigo Fernando Brant

Fato da história: Renascimento

Frase/citação: "A vida é assim: esquentada e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem." , de Guimarães Rosa

Na Hípica,
com o
cavalo
Vernon

**PRERROGATIVA DA
ADVOCACIA**



NÃO HÁ HIERARQUIA ENTRE ADVOGADO E JUIZ

Art. 6º - A do Estatuto da Advocacia

Não há hierarquia nem subordinação entre advogados, magistrados e membros do Ministério Público, devendo todos tratar-se com consideração e respeito recíprocos.

Parágrafo único. As autoridades, os servidores públicos e os serventuários da Justiça devem dispensar ao advogado, no exercício da profissão, tratamento compatível com a dignidade da advocacia e condições adequadas a seu desempenho.

PRERROGATIVAS

PLANTÃO 24H

(21) 99803-7726

prerrogativas@oabrj.org.br

Baixe aqui a versão digital
do Guia das Prerrogativas:



Água, luz e plano de saúde de qualidade: não dá para ficar sem.

Você sabe, ter plano de saúde nos dias de hoje é item de primeira necessidade: não dá para ficar sem.

Por isso, a Qualicorp e a CAARJ oferecem excelentes opções em condições imperdíveis para você, advogado.

Planos a partir de

R\$ **180¹**



Não fique sem plano de saúde. Ligue agora.

0800 799 3003

www.qualicorp.com.br/anuncio



Bradesco Saúde: ANS nº 005711 | SulAmérica: ANS nº 006246 | Golden Cross: ANS nº 403911 | Unimed-Rio: ANS nº 393321

Qualicorp
Adm. de Benefícios:
ANS nº 417173

¹R\$ 179,55 - Ideal Adesão Trad. 16 F AHO QC COP (registro na ANS nº 476.929/16-5), da SulAmérica Saúde, faixa etária até 18 anos, com coparticipação e acomodação coletiva (tabela de julho/2017 - RJ). Planos de saúde coletivos por adesão, conforme as regras da ANS. Informações resumidas. A comercialização dos planos respeita a área de abrangência das respectivas operadoras de saúde. Os preços e as redes estão sujeitos a alterações, por parte das respectivas operadoras de saúde, respeitadas as disposições contratuais e legais (Lei nº 9.656/98). Condições contratuais disponíveis para análise. Agosto/2017.

Siga a Qualicorp:

